

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 20

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em pressão por gastos 'para todo lado' e diz mapear riscos..... 4

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial..... 5

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma ministerial deixa sequelas e desgasta Padilha na Esplanada e no centrão..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do Fundo de Participação dos Municípios
..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária estuda simplificar perfil do Conselho Federativo..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira prorroga CPIs do MST, das Americanas e das apostas esportivas..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo usa chapéu alheio para fazer reforma tributária, diz Caiado..... 14

PORTAL UOL - UOL CONFERE
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do FPM..... 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relator prevê análise mais longa na CCJ, mas mantém prazo de votação em
plenário para outubro
..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Resultado de esforço para reduzir fila fica aquém do esperado, diz INSS..... 20

PORTAL UOL - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Advogado quer pagar 12% de IVA no Brasil, mas paga 21% em Portugal, diz Rodrigo Maia
..... 22

PORTAL UOL
SAQUE ANIVERSÁRIO

Ministro do Trabalho convida setores a propor fim do saque-aniversário no Congresso
..... 23

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Márcio França diz que entrada do centrão na Esplanada 'vai ajudar o governo como um todo'
..... 24

Sexta-Feira, 15 de Setembro de 2023

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária adia apresentação de parecer para 4 de outubro na CCJ 25

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

MP que tributa fundos de super-ricos deve ser incorporada ao PL das offshores 26

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Lula oficializa trocas no governo; veja como fica a configuração dos ministérios 27

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo Braga divulga calendário de votação da reforma tributária e prevê votação em plenário dia 18 de outubro 28

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy 29

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Costa assume Portos e Aeroportos e afasta privatização do Porto de Santos 31

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação de software e as contradições da Receita - OPINIÃO JURÍDICA 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Surpresa no IPCA dá sustentação à queda das taxas futuras 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Economia mais forte ajuda dólar a retomar fôlego contra pares globais 35

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dolarização é um erro que desvia o foco das prioridades, diz economista argentino 37

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode reduzir preço de passagens interestaduais 41

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Uma semana após ciclone atingir RS, Lula anuncia empréstimo de R\$ 1 bi 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Estabilidade do servidor no país é ponto fora da curva 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aprender com a experiência dos outros - ZEINA LATIF 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2024 está otimista demais, diz novo diretor da IFI 47

Sexta-Feira, 15 de Setembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Armistício fiscal e o novo modelo de desenvolvimento - LU AIKO OTTA..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ambev é alvo da Receita por operações com IR no exterior.....51

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Disputa por arrecadação de apostas obscurece objetivo da regulação (Editorial)..... 53

Haddad fala em pressão por gastos 'para todo lado' e diz mapear riscos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que há "pressão de gastos para todo lado", mas considerou fazer parte do seu trabalho localizar os riscos.

Em evento da revista Exame nesta quarta-feira (13) à noite, que reuniu alguns dos principais empresários dos países, ele afirmou que os gastos devem ter sempre um "retorno positivo" e que a função do governo é mapear os perigos.

"O trabalho de um governo sério é localizar os riscos fiscais. A gente mapeia até os riscos judiciais. A gente tem feito trabalho nos tribunais para localizar causas que podem trazer problemas muito grandes", explicou.

Ele citou a necessidade de falar "não" a alguns pedidos, o que pode ser um problema nas negociações com o Congresso Nacional e empresários. Para compensar, despejou elogios na atuação de deputados, senadores e no diálogo com setores da economia nacional.

"O que nos cabe é vigiar. Ver qual ministro teve uma grande ideia, o que o Judiciário está decidindo, quais as grandes questões, o que o Congresso está aprovando. Tem de haver vigilância para que a disciplina fiscal seja natural no país. Temos de ser o chato que diz não, que não deixa, que bate na mesa. É a tarefa", afirmou.

Prestes a viajar na comitiva presidencial de Lula que vai a Nova York neste mês, Haddad espera embarcar após ter anunciado detalhes do Plano de Transição Ecológica - a ideia de impulsionar o desenvolvimento baseado na preservação ambiental e combate às mudanças climáticas.

O ministro quer usar a novidade para buscar investimentos. "Vamos usar a nossa matriz energética, que é a mais limpa do mundo", disse.

Diante dos empresários e sem ser contestado, Haddad adotou um discurso otimista e lembrou todo o caminho percorrido desde sua nomeação, em dezembro do ano passado. Também considerou inadmissível o índice de crescimento brasileiro do ano passado, de 2,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto), enquanto a média mundial foi de 3,4%.

"Este país não pode crescer menos do que a média mundial, não temos o direito de oferecer à sociedade menos do que isso, com tudo o que o destino colocou nas nossas mãos", disse.

Um dos pontos do qual mais se vangloriou foi o texto da **reforma tributária** que, segundo ele, ninguém acreditava ficar pronto no primeiro semestre de 2023. Esta foi outra fonte de elogios na relação com o Congresso Nacional.

Haddad disse acreditar que, após conversas com o senador Eduardo Braga (MDB-AM) e com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o cronograma de votação será cumprido até o próximo mês.

"Precisa gostar muito de risco para investir no Brasil. Quando converso com fundos estrangeiros, eles não querem saber quando as contas públicas vão estar ajustadas. Querem saber: tem gente séria pilotando a economia para que a trajetória seja consistente? Sim. Tem sistema tributário cristalino, transparente e justo? Sim. Tem vantagens competitivas em relação a seus concorrentes? Sim", afirmou.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad fala em pressão por gastos 'para todo lado' e diz mapear riscos

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/haddad-fala-em-pressao-por-gastos-para-todo-lado-e-diz-mapear-riscos.shtml>

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial

Publicado em 13/09/2023 - 23:19

Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, nesta quarta-feira (13), que o Brasil, diante do seu potencial, tem a obrigação de crescer mais do que a média mundial. Falando para uma plateia de empresários, em evento na capital paulista, ele destacou ainda que os anseios da sociedade brasileira são para que esse crescimento seja baseado na justiça social e liberdade.

"Os anseios da sociedade são para que nós rememos na mesma direção, de um progresso sustentável, com justiça social, com muita democracia, com muita liberdade, liberdade de expressão, de empreender, porque esse país não pode crescer menos do que a média mundial. Nós não temos o direito de oferecer para a sociedade menos do que isso, com tudo o que o destino colocou nas nossas mãos", disse.

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira tem aumentado semana a semana. Para 2023, a projeção subiu de 2,56% para 2,64% na última semana. A estimativa está no boletim Focus, divulgado na última segunda-feira (11) pelo Banco Central (BC).

Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma dos bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,47%. Para 2025, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** em 2%. Já segundo o Banco Mundial, o crescimento global deve ficar em 2,1%, em 2023; 2,4% em 2024; e chegar a 3%, em 2025.

"Eu estou muito otimista, espero que nós tenhamos um ciclo longo [de crescimento], depois de dez anos de muita dificuldade. Eu acho que aquilo que a gente tinha que aprender, a gente tem que ter aprendido nesses dez anos. Agora é hora de colher os frutos desse aprendizado, nos entendermos para o bem da nossa sociedade e voltarmos a pensar numa grande nação", afirmou.

Haddad destacou que as aprovações do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** - esta ainda em trâmite no Congresso - colaboraram para os resultados econômicos positivos obtidos pelo país em 2023. Segundo o ministro, foi estabelecido um elo de

confiança entre o Parlamento e o poder executivo federal já no período da transição do governo, e que continua a dar frutos. De acordo com ele, os resultados econômicos de agora contaram com o envolvimento direto do Congresso.

"Eu penso que nós soubemos conduzir junto com o Parlamento essa confiança que foi estabelecida na transição e ela se perpetuou. Nós tivemos um primeiro semestre como há muito tempo não se via do ponto de vista de produtividade legislativa", disse.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial

Site:

<https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2023-09/haddad-defende-crescimento-do-pais-maior-que-media-mundial>

Reforma ministerial deixa sequelas e desgasta Padilha na Esplanada e no centrão

Catia Seabra

O lema "União e Reconstrução" não é hoje o que melhor se aplica ao ambiente em que André Fufuca (PP -MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos -PE) chegam ao governo Lula (PT), respectivamente nos ministérios do Esporte e de Portos e Aeroportos , após uma exaustiva negociação.

A **reforma ministerial** abriu as portas do governo para o centrão, mas deixou sequelas na Esplanada.

Mesmo ministros preservados em seus cargos guardam queixas da exposição a que foram submetidos durante os mais de dois meses de negociação. Muitos viram seus nomes incluídos em diferentes redesenhos da Esplanada.

Em outra frente, integrantes dos partidos envolvidos nas tratativas também reclamam da demora para concretizar o acordo. A queixa é que o processo das várias idas e vindas de propostas de cargos foi desgastante.

As frustrações acabaram debitadas na conta do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), que atuou como principal emissário de Lula na articulação com o Congresso.

Embora tenha defendido a conclusão da minirreforma ainda em agosto, Padilha é cobrado pela indefinição do presidente e pelo vazamento dos diferentes cenários que estiveram sobre a mesa de negociação.

No Palácio do Planalto, por exemplo, integrantes do governo chegaram a comemorar a permanência do petista Wellington Dias (Desenvolvimento Social) como uma vitória do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), sobre Padilha.

Com o cargo cobiçado pelo PP , Dias foi um dos que reclamaram da condução do processo, segundo relatos de petistas. Incomodado, o ministro chegou a descartar publicamente sua saída, enquanto o possível desmembramento de sua pasta -que acabou não ocorrendo- era discutido no Palácio do Planalto.

A substituição do ministro da Defesa, José Múcio, também foi apontada como alternativa para destravar a reforma, sob o argumento de que ele teria informado

a Lula a intenção de deixar o governo no fim do ano. Mas Múcio negou a aliados que tenha definido a data da sua saída.

Por essa configuração estudada, e tampouco concretizada, Múcio cederia lugar para o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). A transferência do vice abriria espaço no Ministério do Desenvolvimento. Outra hipótese aventada era a de que Alckmin poderia assumir, na condição de vice, a execução do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) -hoje a cargo da Casa Civil.

Uma das figuras emparedadas pela conturbada minirreforma foi justamente Alckmin, que encarou a insatisfação do PSB com o desgaste do ministro Márcio França (deslocado de Portos para Micro e Pequenas Empresas) e agora sofre pressões do seu próprio partido.

Parte da legenda cobra postura mais incisiva de Alckmin e menos subserviente ao PT, mas o vice-presidente é cauteloso nos movimentos por se manter fiel a Lula.

Auxiliares de Alckmin relataram, ao longo das semanas de indefinição sobre as trocas na Esplanada, que ele buscou conciliar os interesses do governo com os do partido, mas teve pouca ingerência nas discussões.

O próprio Alckmin teve sua permanência à frente do Ministério do Desenvolvimento ameaçada pelos rumores.

Em meados de agosto, uma pessoa próxima a ele relatou, sob a condição de anonimato, nunca ter visto o vice tão desconfortável com uma situação no governo desde o início do mandato. Hoje o clima não é menos tenso. Quadros do PSB estão irritados com a maneira como o partido foi tratado no processo e falam em desdém e menosprezo por parte do PT. A crise deve respingar na discussão de alianças para a eleição municipal de 2024.

Boa parte das críticas foi direcionada a Padilha. França não engoliu a perda do Ministério de Portos e Aeroportos para um membro do mesmo partido do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), rival político dele e do petismo em São Paulo.

A postura do ministro da articulação política desagradou a cúpula paulista do PSB. Em um grupo fechado de WhatsApp, foi observada especial contrariedade com a foto de Padilha sorridente ao lado de Fufuca e Silvio Costa Filho. Um dos integrantes comentou que a imagem "não será esquecida", após uma sequência de críticas às conversas truncadas que envolveram as pastas de Alckmin e França.

No Congresso, parlamentares do centrão relatam que a entrada de PP e Republicanos foi sacramentada no dia da votação do projeto que reestabeleceu o voto de desempate no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** Fonte) no início de julho.

A aprovação do projeto ocorreu após pedido de Lula ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e da sinalização do petista de que o centrão seria contemplado no primeiro escalão.

A reclamação dos congressistas é que Padilha e o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), agiram de modo açodado ao tentar acelerar as negociações e colocaram cargos na mesa sem antes combinar com o presidente.

Integrantes da cúpula do Congresso relatam que partiu da dupla de articuladores políticos a sugestão de que eles pleiteassem os ministérios do Desenvolvimento Social e do Esporte, o que alimentou a expectativa de que o caso poderia ser resolvido em poucas semanas.

O problema, na avaliação dos parlamentares, é que Padilha deixou de combinar o desenho antes com Lula, o que gerou uma negociação arrastada. Um parlamentar do PP reclama de que, no fim, o governo entregou menos do que o partido queria.

Embora tenha resolvido a questão e garantido a entrada de Silvio Costa Filho e Fufuca no ministério, deputados dizem que a relação com Padilha acabou estremeçada.

Aliados de Padilha atribuem os percalços aos recuos de Lula no curso das negociações. Eles citam como exemplo o fato de o presidente ter reavaliado a criação do Ministério das Micro e Pequenas Empresas, tendo decidido por confirmar a nova estrutura após idas e vindas.

O presidente também chegou a avisar a cúpula do PT a intenção de destituir um ministro petista, o que acabou não ocorrendo.

Sobre o descontentamento dos parlamentares do centrão, dizem que também eles impuseram obstáculos à costura.

Esses aliados de Padilha lembram também que o ministro não assumiu qualquer interlocução com Alckmin, o que caberia a Lula.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/reforma-ministerial-deixa-sequelas-e-desgasta-padilha-na-esplanada-e-no-centrao.shtml>

Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do Fundo de Participação dos Municípios

Correio Braziliense

Por Projeto Comprova

Comprova Explica

Em 30 de agosto, prefeituras de 16 estados aderiram à mobilização "Sem FPM Não Dá". Na ocasião, algumas gestões decretaram ponto facultativo e suspenderam serviços não essenciais, enquanto outras realizaram protestos. Os atos ocorreram diante da redução no repasse, em julho e agosto, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e em razão de dificuldades de gestões municipais de arcar com as despesas. Diferentemente do que alegam publicações nas redes sociais, a mobilização não foi organizada contra o governo Lula (PT).

Conteúdo analisado: Publicações que circulam nas redes sociais atribuem a "greve" de prefeitos, ocorrida em 30 de agosto, à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A paralisação seria pela queda de 30% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Um dos posts diz: "Greve de Prefeituras! Dessa vez Lula se superou viu". Outro cita: "Frustrados com mentiras de Lula, prefeitos entram em greve por falta de verbas destinadas aos municípios".

Comprova Explica: Em 30 de agosto, prefeituras de diversas cidades do Nordeste e de alguns municípios de Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul anunciaram uma mobilização como forma de protesto contra a queda nos valores repassados pelo governo federal por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entre outros fatores. O ato motivou a paralisação de serviços administrativos por um dia. Serviços essenciais, como limpeza e saúde, funcionaram normalmente.

Semanas antes da movimentação, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) havia chamado atenção para quedas acentuadas em duas parcelas específicas do fundo: a de 10 de julho, que teve recuo de 34,5% em comparação com a mesma data do ano passado, e a de 10 de agosto, que caiu 23,56%. A redução, no entanto, é pontual. O acumulado dos

repasse em 2023 está no mesmo patamar dos anos anteriores.

Além do FPM, gestores municipais envolvidos no protesto também demonstraram preocupação com mudanças na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o aumento de despesas com funcionários, com o pagamento do piso da enfermagem e dos professores, e com a demora no repasse de emendas parlamentares.

Contra a desinformação, a seção Comprova Explica traz detalhes sobre a mobilização dos prefeitos e a motivação por trás do protesto.

Como verificamos: Pesquisamos no Google sobre a mobilização, com termos como "greve prefeitos" e "Sem FPM Não Dá". Consultamos o portal Tesouro Transparente e o site da Confederação Nacional dos Municípios, com quem fizemos contato por e-mail e telefone. Associações que representam as prefeituras do Ceará (Aprece) e da Bahia (UPB) também foram demandadas sobre os atos. Por fim, foram enviados questionamentos ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

Por que os prefeitos fizeram "greve"?

Associações municipalistas do Nordeste foram as responsáveis pela organização da mobilização do dia 30 de agosto, conforme explicou a União dos Municípios da Bahia (UPB). Após diálogos entre as entidades, atos foram marcados e, posteriormente, contaram com a adesão de municípios de outras regiões e com o apoio da CNM. Não há como saber a quantidade exata de municípios envolvidos, porque isso ficou a cargo de cada associação municipal.

Há a confirmação, tanto por parte das entidades quanto por parte da CNM, que 16 estados tiveram municípios que participaram da mobilização. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.

Na ocasião, algumas prefeituras decretaram ponto facultativo e suspenderam serviços não essenciais. Em outros casos, os prefeitos convocaram coletivas de imprensa ou conduziram manifestação em pontos estratégicos de suas cidades.

Em carta aberta, o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Júnior Castro (sem partido), afirmou que apresentava, na data, "as principais dificuldades das gestões municipais" e "pautas prioritárias para o enfrentamento da crise". O "estopim" seria a queda nos repasses do FPM, mas o protesto teria sido motivado por outras demandas.

Um dos principais pontos seria a dificuldade de "fechar as contas", com irregularidades nos repasses do FPM para os municípios, com quedas bruscas em julho e agosto; a necessidade de compensação das perdas com a arrecadação com as mudanças no ICMS; e a cobrança para liberação, em caráter de urgência, das emendas parlamentares.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, explicou que as dificuldades enfrentadas pelos municípios não são fruto de ação direta do governo Lula e sim "de um problema estrutural". "Não se trata de governo A ou B. A crise nos Municípios é um problema estrutural, que perpassa por muitos anos, sendo urgente a revisão do Pacto Federativo com uma justa repartição do bolo tributário. A situação tem sido agravada quando se soma isso ao excesso de obrigações que são repassadas aos Entes locais por meio de medidas aprovadas em Brasília sem a devida contrapartida de recursos necessários para que os Municípios possam garantir a eficiência no atendimento à população", afirmou.

Segundo ele, a dificuldade enfrentada é fruto de uma soma de fatores. "O movimento municipalista encabeçado pela CNM luta pela inclusão dessa pauta nas discussões e pelo avanço de demandas dos entes locais que possibilitem uma melhor prestação de serviços à população", disse ainda.

Diminuição do FPM em julho e agosto

De acordo com a Constituição Federal, no artigo 159, a União precisa transferir aos municípios uma parcela de 22,5% dos recursos arrecadados pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Isso é feito por meio do FPM. Trata-se de uma transferência constitucional, ou seja, o valor e a data do depósito não são determinados pelo governo federal.

A Lei Complementar 62/1989 estabelece que os

recursos do FPM sejam transferidos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sempre sobre a arrecadação do IR e IPI do decêndio (período de dez dias) anterior ao repasse.

Segundo a cartilha do FPM, não há uma vinculação específica para a aplicação desses recursos e eles também não podem ser contingenciados, ou seja, a União não pode deixar de transferir esses valores para as prefeituras. A União pode, no entanto, condicionar a entrega dos recursos à regularização de débitos do ente federativo junto ao governo federal e suas autarquias (por exemplo, dívidas com o **INSS**, inscrição na dívida ativa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN), assim como ao atendimento do gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

A divisão desses recursos é feita com base em um cálculo que considera a população de cada município e a renda per capita de cada estado. O coeficiente é feito com base em informações prestadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o dia 31 de outubro de cada ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para obter o coeficiente de cada município é feita a multiplicação do "fator população" pelo "fator renda per capita", respeitando as proporções quantitativas de cada cidade. A explicação detalhada sobre o cálculo pode ser consultada neste link. Na prática, são fixadas faixas populacionais, e o montante recebido por cada prefeitura depende do seu coeficiente individual.

A CNM divulgou estudo, durante outra manifestação ocorrida nos dias 15 e 16 de agosto, que aponta queda no FPM e em outras receitas relevantes, como no ICMS, "além de atrasos no pagamento de emendas parlamentares federais; e do aumento das despesas de pessoal, custeio e investimentos", conforme afirma nota da entidade.

O FPM, que seria, segundo a CNM, a principal receita de quase sete em cada dez municípios, apresentou queda nos dois primeiros decêndios, ou seja, no repasse dos dias 10 de julho (-34,5%) e de agosto (-23,56%) em comparação com o mesmo período do ano passado, em valores nominais - que não consideram a **inflação**. A entidade aponta dois fatores para a redução do montante repassado aos municípios: redução na arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e o aumento de restituições do IR.

De acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o primeiro decêndio de setembro de 2023, comparado com mesmo decêndio do ano

anterior, apresentou uma queda de 28,22% em termos nominais.

O governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, confirmou os números ao Comprova. Apesar das quedas pontuais em julho e agosto, destacou o aumento quando considerados todos os repasses feitos no ano. "No acumulado, observa-se um crescimento de 4,3% em termos nominais, e a projeção atualizada para o ano indica um crescimento de 5,2%. Durante o ano, há uma sazonalidade na arrecadação das receitas que gera movimentos atípicos", ressaltou em nota. Os dados podem ser consultados no portal Tesouro Transparente.

Em complemento, a Fazenda recuperou uma declaração do ministro da pasta, Fernando Haddad, do dia 29 de agosto, em que ele afirma que o governo está aberto a sentar com os municípios para conversar. "Eu mesmo trouxe a público que julho preocupou muito a área econômica. O comportamento de julho demonstrou uma forte desaceleração da economia", reconheceu o ministro na ocasião.

No dia 12 de setembro, Lula anunciou que o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma medida para garantir que nenhuma prefeitura receba, em 2023, menos recursos via FPM do que em 2022. Trata-se de uma emenda ao Projeto de Lei Complementar 136/23, que prevê compensação de R\$ 27 bilhões da União aos estados e ao Distrito Federal em razão da queda na arrecadação do ICMS. O plenário da Câmara deve votar o PLP 136/23 ainda nesta quarta-feira (13).

Aumento das despesas e demora nas emendas parlamentares

As prefeituras alegam também aumento de despesas com funcionários. A Lei Complementar 173/2020, que institui o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, vedou para os entes da federação a admissão e o reajuste salarial entre 2020 e 2021 no setor público. O contexto de contração de pessoal começou a ser revertido em 2022 e toma continuidade neste semestre, com reajustes salariais e admissões no setor público.

As gestões elencam o reajuste do piso do magistério, a principal carreira do funcionalismo municipal, como outra causa para o aumento. De todo o gasto de pessoal das prefeituras, a folha do magistério corresponde entre 23% a 25% do total, segundo a CNM, o que indica que qualquer reajuste salarial tem um impacto importante nas despesas de pessoal.

Em janeiro, o Ministério da Educação anunciou o reajuste de 14,95% do piso salarial dos professores

da educação básica. O valor passou de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55. O piso foi instituído pela Lei nº 11.738 de 2008, que regulamenta uma disposição já prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). O piso da enfermagem também foi citado por aumentar as despesas nos municípios.

As prefeituras alegam também haver atraso no pagamento de emendas parlamentares no primeiro semestre do ano. Conforme dados do Siga Brasil, plataforma mantida pelo Senado Federal, até junho de 2023, houve uma redução, em torno de 48,84%, se comparado ao mesmo período de 2022.

Este ano, cerca de R\$ 6,6 bilhões tinham sido pagos até junho. R\$ 5,7 bilhões por meio de emendas parlamentares individuais, R\$ 717 milhões por emenda de bancadas (de autoria das bancadas estaduais no Congresso Nacional e relativas a matérias de interesse de cada estado ou do Distrito Federal), R\$ 142 milhões por emendas do relator (de autoria de deputado ou senador que, naquele determinado ano, foi escolhido para produzir o parecer final sobre o Orçamento) e R\$ 10,4 milhões por comissão (apresentadas pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado ou propostas pelas Mesas Diretores das duas Casas).

No mesmo período de 2022, R\$ 12,9 bilhões foram repassados. A maior parte (R\$ 5,6 bilhões) foi por meio de emendas do relator, atualmente de uso limitado. Em dezembro de 2022, por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as emendas de relator só poderiam ser usadas para recompor o Orçamento.

Desde 2019, o dinheiro era repassado pelo relator a parlamentares e diretamente para prefeituras ou entidades. Apesar da aprovação de novas regras de repasses, os magistrados apontaram a falta de transparência e de critérios como problemas para a atualização.

Os demais repasses pagos nos seis meses iniciais de 2022 foram: R\$ 4,8 bilhões em emendas individuais, R\$ 2,44 bilhões para bancadas e R\$ 500 mil por comissão.

O governo é obrigado a destinar os recursos obedecendo a escolha do parlamentar, mas o momento da liberação fica sob controle do Executivo. Os dados no sistema são voláteis, justamente porque todos os dias o governo pode fazer o empenho ou pagamento das emendas.

Em consulta até o mês de setembro, os valores ainda apresentam queda, mas de forma menos acentuada,

com repasses de R\$ 16,2 bilhões em 2022 contra R\$ 14,88 bilhões no mesmo período de 2023. Procurado pelo Comprova, o Ministério da Fazenda não quis comentar esses pontos.

Por que explicamos: O Comprova monitora conteúdos suspeitos publicados em redes sociais e aplicativos de mensagem sobre políticas públicas e eleições no âmbito federal e abre investigações para publicações que obtiveram maior alcance e engajamento e que induzem a interpretações equivocadas. Você também pode sugerir verificações pelo WhatsApp +55 11 97045-4984.

Outras checagens sobre o tema: O Estadão Verifica também produziu um conteúdo explicativo sobre o assunto. O Comprova Explica já esclareceu outros temas alvo de desinformação. Recentemente, mostrou que autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa, explicou como variantes podem reduzir o valor do Bolsa Família e detalhou como irá funcionar a versão eletrônica da moeda brasileira.

Verificado por O Povo, Grupo Sinos e Folha de São Paulo

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/holofote/2023/09/51-25173-entenda-a-mobilizacao-dos-prefeitos-em-defesa-do-fundo-de-participacao-dos-municipios.html>

Relator da reforma tributária estuda simplificar perfil do Conselho Federativo

Edla Lula

Um dos itens mais controversos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que trata da **reforma tributária**, o Conselho Federativo, órgão responsável por gerir o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), deve se transformar em um comitê gestor, com formato técnico, a exemplo do que já ocorre a gestão do Simples Nacional. Quem defende a ideia, é o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC 45/2019 no Senado Federal.

Durante audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), realizada nesta quarta-feira (13/9) e que debateu a governança do Conselho Federativo, Braga contou que ainda pretende ouvir os vários setores e entes federativos, mas ele acredita que esta será a saída conciliatória para o órgão, diante da manifestação de vários colegas que pediram a exclusão do conselho do texto da reforma.

"Tenho procurador ouvir a todos, não só em relação ao Conselho Federativo, mas também sobre outros temas da emenda constitucional. Estamos fazendo uma reforma muito grande, que mexe com 80% das receitas estaduais e municipais. E mexe também com 30% das receitas da União. É muita coisa", disse o senador ao comentar que prefere não antecipar suas decisões, mas afirmando que a mudança desse item é uma hipótese.

Em conversa com jornalistas, após a audiência, Braga afirmou que se tornou "impraticável" a manutenção do calendário, que previa apresentação do relatório na CCJ no dia 27 de setembro e sua votação em 4 de outubro. No novo cronograma, a apresentação será no dia 4 de outubro, com votação em 18 do mesmo mês. A previsão ainda é de que, até o final de outubro, a PEC 45/2019 seja aprovada em plenário da Casa.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/09/5125160-relator-da-reforma-tributaria-estuda-simplificar-perfil-do-conselho-federativo.html>

Lira prorroga CPIs do MST, das Americanas e das apostas esportivas

Ândrea Malcher

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) decidiu, nesta quarta-feira (13/9), que irá prorrogar três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Casa: a que investiga as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a que apura inconsistências nas contas das lojas Americanas e a que trata da manipulação de resultados de partidas de futebol.

"Determinei a prorrogação das três Comissões Parlamentares de Inquérito há mais tempo em funcionamento na Câmara - CPI da Empresa Americanas S.A., CPI da Manipulação de Resultado em Partidas de Futebol, CPI do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) - por uma semana para compensar aquela em que elas não realizaram atividades por causa do esforço concentrado para a aprovação da reforma tributária", escreveu o deputado no Twitter.

Lira se reuniu com integrantes da CPI do MST, que atingiria o prazo limite de trabalhos no dia 21 de setembro, na próxima semana, e um acordo para estender os trabalhos teria sido costurado junto ao presidente do colegiado Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-RS).

Das três CPIs, somente a que investiga suposta fraude nas Lojas Americanas tem um relatório final apresentado. Um pedido de vistas coletivo, no entanto, adiou a votação do parecer. O prazo de funcionamento da comissão terminaria em 14 de setembro. Insatisfeitos com o teor do relatório apresentado pelo deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), alguns parlamentares adiantaram que pretendem apresentar relatórios em paralelo.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/09/5125130-lira-prorroga-cpis-do-mst-das-americanas-e-das-apostas-esportivas.html>

Governo usa chapéu alheio para fazer reforma tributária, diz Caiado

Edla Lula

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou na tarde desta quarta-feira (13/9) que a **reforma tributária** proposta pelo governo federal se assemelha ao dito popular de "fazer caridade com o chapéu alheio". Ao falar na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 45/2019), em tramitação na Casa, Caiado observou que os estados e municípios serão os maiores perdedores com a unificação dos **tributos** no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

O governador apresentou estudos mostrando que enquanto o peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a arrecadação é de 81%, os **impostos** federais tratados na reforma - IPI, PIS e Cofins - correspondem a apenas 17% da arrecadação da União. No caso dos municípios, o peso é de 46%.

Outro ponto criticado por Caiado é o fim dos incentivos fiscais que, para ele, beneficiariam os estados do Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas do país, prejudicando as demais. Recorrendo à memória de Juscelino Kubitschek, que transferiu a capital do país para o Centro-Oeste para promover o desenvolvimento do país, o político disse que a reforma contraria esse princípio.

Temos que ter visão de país e de desenvolvimento regional. A reforma inverte o eixo (criado por JK) e beneficia o Sul e Sudeste", opinou. Ele rejeitou a tese de que os incentivos oferecidos nessas regiões provoquem uma guerra fiscal entre os estados. "Os estados dessas regiões querem apenas o direito de crescerem economicamente", apontou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/09/5125093-governo-usa-chapeu-alheio-para-fazer-reforma-tributaria-diz-caiado.html>

Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do FPM

Projeto Comprova13/09/2023 16h30

Em 30 de agosto, prefeituras de 16 estados aderiram à mobilização "Sem FPM Não Dá". Na ocasião, algumas gestões decretaram ponto facultativo e suspenderam serviços não essenciais, enquanto outras realizaram protestos. Os atos ocorreram diante da redução no repasse, em julho e agosto, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e em razão de dificuldades de gestões municipais de arcar com as despesas. Diferentemente do que alegam publicações nas redes sociais, a mobilização não foi organizada contra o governo Lula (PT).

Conteúdo analisado : Publicações que circulam nas redes sociais atribuem a "greve" de prefeitos, ocorrida em 30 de agosto, à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A paralisação seria pela queda de 30% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Um dos posts diz: "Greve de Prefeituras! Dessa vez Lula se superou viu". Outro cita: "Frustrados com mentiras de Lula, prefeitos entram em greve por falta de verbas destinadas aos municípios".

Comprova Explica : Em 30 de agosto, prefeituras de diversas cidades do Nordeste e de alguns municípios de Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul anunciaram uma mobilização como forma de protesto contra a queda nos valores repassados pelo governo federal por meio do Fundo de Participações dos Municípios (FPM), entre outros fatores. O ato motivou a paralisação de serviços administrativos por um dia. Serviços essenciais, como limpeza e saúde, funcionaram normalmente.

Semanas antes da movimentação, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) havia chamado atenção para quedas acentuadas em duas parcelas específicas do fundo: a de 10 de julho, que teve recuo de 34,5% em comparação com a mesma data do ano passado, e a de 10 de agosto, que caiu 23,56%. A redução, no entanto, é pontual. O acumulado dos repasses em 2023 está no mesmo patamar dos anos anteriores.

Além do FPM, gestores municipais envolvidos no protesto também demonstraram preocupação com mudanças na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com o

aumento de despesas com funcionários, com o pagamento do piso da enfermagem e dos professores, e com a demora no repasse de emendas parlamentares.

Contra a desinformação, a seção Comprova Explica traz detalhes sobre a mobilização dos prefeitos e a motivação por trás do protesto.

Como verificamos : Pesquisamos no Google sobre a mobilização, com termos como "greve prefeitos" e "Sem FPM Não Dá". Consultamos o portal Tesouro Transparente e o site da Confederação Nacional de Municípios, com quem fizemos contato por e-mail e telefone. Associações que representam as prefeituras do Ceará (Aprece) e da Bahia (UPB) também foram demandadas sobre os atos. Por fim, foram enviados questionamentos ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

Associações municipalistas do Nordeste foram as responsáveis pela organização da mobilização do dia 30 de agosto, conforme explicou a União dos Municípios da Bahia (UPB). Após diálogos entre as entidades, atos foram marcados e, posteriormente, contaram com a adesão de municípios de outras regiões e com o apoio da CNM. Não há como saber a quantidade exata de municípios envolvidos, porque isso ficou a cargo de cada associação municipal.

Há a confirmação, tanto por parte das entidades quanto por parte da CNM, que 16 estados tiveram municípios que participaram da mobilização. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.

Na ocasião, algumas prefeituras decretaram ponto facultativo e suspenderam serviços não essenciais. Em outros casos, os prefeitos convocaram coletivas de imprensa ou conduziram manifestação em pontos estratégicos de suas cidades.

Em carta aberta, o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Júnior Castro (sem partido), afirmou que apresentava, na data, "as principais dificuldades das gestões municipais" e "pautas prioritárias para o enfrentamento

da crise". O "estopim" seria a queda nos repasses do FPM, mas o protesto teria sido motivado por outras demandas.

Um dos principais pontos seria a dificuldade de "fechar as contas", com irregularidades nos repasses do FPM para os municípios, com quedas bruscas em julho e agosto; a necessidade de compensação das perdas com a arrecadação com as mudanças no ICMS; e a cobrança para liberação, em caráter de urgência, das emendas parlamentares.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, explicou que as dificuldades enfrentadas pelos municípios não são fruto de ação direta do governo Lula e sim "de um problema estrutural". "Não se trata de governo A ou B. A crise nos Municípios é um problema estrutural, que perpassa por muitos anos, sendo urgente a revisão do Pacto Federativo com uma justa repartição do bolo tributário. A situação tem sido agravada quando se soma isso ao excesso de obrigações que são repassadas aos Entes locais por meio de medidas aprovadas em Brasília sem a devida contrapartida de recursos necessários para que os Municípios possam garantir a eficiência no atendimento à população", afirmou.

Segundo ele, a dificuldade enfrentada é fruto de uma soma de fatores. "O movimento municipalista encabeçado pela CNM luta pela inclusão dessa pauta nas discussões e pelo avanço de demandas dos entes locais que possibilitem uma melhor prestação de serviços à população", disse ainda.

De acordo com a Constituição Federal, no artigo 159, a União precisa transferir aos municípios uma parcela de 22,5% dos recursos arrecadados pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Isso é feito por meio do FPM. Trata-se de uma transferência constitucional, ou seja, o valor e a data do depósito não são determinados pelo governo federal.

A Lei Complementar 62/1989 estabelece que os recursos do FPM sejam transferidos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sempre sobre a arrecadação do IR e IPI do decêndio (período de dez dias) anterior ao repasse.

Segundo a cartilha do FPM, não há uma vinculação específica para a aplicação desses recursos e eles também não podem ser contingenciados, ou seja, a União não pode deixar de transferir esses valores para as prefeituras. A União pode, no entanto, condicionar a entrega dos recursos à regularização de débitos do ente federativo junto ao governo federal e suas autarquias (por exemplo, dívidas com o **INSS**, inscrição na dívida ativa pela Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional - PGFN), assim como o atendimento do gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

A divisão desses recursos é feita com base em um cálculo que considera a população de cada município e a renda per capita de cada estado. O coeficiente é feito com base em informações prestadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o dia 31 de outubro de cada ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para obter o coeficiente de cada município é feita a multiplicação do "fator população" pelo "fator renda per capita", respeitando as proporções quantitativas de cada cidade. A explicação detalhada sobre o cálculo pode ser consultada neste link. Na prática, são fixadas faixas populacionais, e o montante recebido por cada prefeitura depende do seu coeficiente individual.

A CNM divulgou estudo, durante outra manifestação ocorrida nos dias 15 e 16 de agosto, que aponta queda no FPM e em outras receitas relevantes, como no ICMS, "além de atrasos no pagamento de emendas parlamentares federais; e do aumento das despesas de pessoal, custeio e investimentos", conforme afirma nota da entidade.

O FPM, que seria, segundo a CNM, a principal receita de quase sete em cada dez municípios, apresentou queda nos dois primeiros decêndios, ou seja, no repasse dos dias 10 de julho (-34,5%) e de agosto (-23,56%) em comparação com o mesmo período do ano passado, em valores nominais - que não consideram a **inflação**. A entidade aponta dois fatores para a redução do montante repassado aos municípios: redução na arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e o aumento de restituições do IR.

De acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o primeiro decêndio de setembro de 2023, comparado com mesmo decêndio do ano anterior, apresentou uma queda de 28,22% em termos nominais.

O governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, confirmou os números ao Comprova. Apesar das quedas pontuais em julho e agosto, destacou o aumento quando considerados todos os repasses feitos no ano. "No acumulado, observa-se um crescimento de 4,3% em termos nominais, e a projeção atualizada para o ano indica um crescimento de 5,2%. Durante o ano, há uma sazonalidade na arrecadação das receitas que gera movimentos atípicos", ressaltou em nota. Os dados podem ser consultados no portal Tesouro Transparente.

Em complemento, a Fazenda recuperou uma declaração do ministro da pasta, Fernando Haddad, do dia 29 de agosto, em que ele afirma que o governo está aberto a sentar com os municípios para conversar. "Eu mesmo trouxe a público que julho preocupou muito a área econômica. O comportamento de julho demonstrou uma forte desaceleração da economia", reconheceu o ministro na ocasião.

No dia 12 de setembro, Lula anunciou que o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma medida para garantir que nenhuma prefeitura receba, em 2023, menos recursos via FPM do que em 2022. Trata-se de uma emenda ao Projeto de Lei Complementar 136/23, que prevê compensação de R\$ 27 bilhões da União aos estados e ao Distrito Federal em razão da queda na arrecadação do ICMS. O plenário da Câmara deve votar o PLP 136/23 ainda nesta quarta-feira (13).

As prefeituras alegam também aumento de despesas com funcionários. A Lei Complementar 173/2020, que institui o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, vedou para os entes da federação a admissão e o reajuste salarial entre 2020 e 2021 no setor público. O contexto de contração de pessoal começou a ser revertido em 2022 e toma continuidade neste semestre, com reajustes salariais e admissões no setor público.

As gestões elencam o reajuste do piso do magistério, a principal carreira do funcionalismo municipal, como outra causa para o aumento. De todo o gasto de pessoal das prefeituras, a folha do magistério corresponde entre 23% a 25% do total, segundo a CNM, o que indica que qualquer reajuste salarial tem um impacto importante nas despesas de pessoal.

Em janeiro, o Ministério da Educação anunciou o reajuste de 14,95% do piso salarial dos professores da educação básica. O valor passou de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55. O piso foi instituído pela Lei nº 11.738 de 2008, que regulamenta uma disposição já prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). O piso da enfermagem também foi citado por aumentar as despesas nos municípios.

As prefeituras alegam também haver atraso no pagamento de emendas parlamentares no primeiro semestre do ano. Conforme dados do Siga Brasil, plataforma mantida pelo Senado Federal, até junho de 2023, houve uma redução, em torno de 48,84%, se comparado ao mesmo período de 2022.

Este ano, cerca de R\$ 6,6 bilhões tinham sido pagos até junho. R\$ 5,7 bilhões por meio de emendas parlamentares individuais, R\$ 717 milhões por emenda

de bancadas (de autoria das bancadas estaduais no Congresso Nacional e relativas a matérias de interesse de cada estado ou do Distrito Federal), R\$ 142 milhões por emendas do relator (de autoria de deputado ou senador que, naquele determinado ano, foi escolhido para produzir o parecer final sobre o Orçamento) e R\$ 10,4 milhões por comissão (apresentadas pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado ou propostas pelas Mesas Diretoras das duas Casas).

No mesmo período de 2022, R\$ 12,9 bilhões foram repassados. A maior parte (R\$ 5,6 bilhões) foi por meio de emendas do relator, atualmente de uso limitado. Em dezembro de 2022, por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as emendas de relator só poderiam ser usadas para recompor o Orçamento. Veja a comparação dos repasses em 2022 e 2023 aqui.

Desde 2019, o dinheiro era repassado pelo relator a parlamentares e diretamente para prefeituras ou entidades. Apesar da aprovação de novas regras de repasses, os magistrados apontaram a falta de transparência e de critérios como problemas para a atualização.

Os demais repasses pagos nos seis meses iniciais de 2022 foram: R\$ 4,8 bilhões em emendas individuais, R\$ 2,44 bilhões para bancadas e R\$ 500 mil por comissão.

O governo é obrigado a destinar os recursos obedecendo a escolha do parlamentar, mas o momento da liberação fica sob controle do Executivo. Os dados no sistema são voláteis, justamente porque todos os dias o governo pode fazer o empenho ou pagamento das emendas.

Em consulta até o mês de setembro, os valores ainda apresentam queda, mas de forma menos acentuada, com repasses de R\$ 16,2 bilhões em 2022 contra R\$ 14,88 bilhões no mesmo período de 2023. Procurado pelo Comprova, o Ministério da Fazenda não quis comentar esses pontos.

Por que explicamos: O Comprova monitora conteúdos suspeitos publicados em redes sociais e aplicativos de mensagem sobre políticas públicas e eleições no âmbito federal e abre investigações para publicações que obtiveram maior alcance e engajamento e que induzem a interpretações equivocadas. Você também pode sugerir verificações pelo WhatsApp +55 11 97045-4984.

Outras checagens sobre o tema: O Estadão Verifica também produziu um conteúdo explicativo sobre o assunto. O Comprova Explica já esclareceu outros

temas alvo de desinformação. Recentemente, mostrou que autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa , explicou como variantes podem reduzir o valor do Bolsa Família e detalhou como irá funcionar a versão eletrônica da moeda brasileira .

Este conteúdo foi investigado por O Povo, Grupo Sinos e Folha de São Paulo. A investigação foi verificada por Nexo, A Gazeta e Plural Curitiba. A checagem foi publicada no site do Projeto Comprova em 13 de setembro de 2023 .

Site: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2023/09/13/entenda-a-mobilizacao-dos-prefeitos-em-defesa-do-fpm.htm>

Reforma tributária: relator prevê análise mais longa na CCJ, mas mantém prazo de votação em plenário para outubro

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), mudou as previsões de apresentação e votação do relatório da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto será divulgado no dia 4 de outubro - a data anterior era no dia 27 de setembro. Já a votação da matéria no colegiado mais importante da Casa deve ocorrer no dia 18 de outubro, após o feriado de Nossa Senhora Aparecida.

Apesar da alteração, Eduardo Braga ainda prevê a votação da **reforma tributária** no plenário do Senado até o final de outubro.

Uma nova audiência com o setor de serviços foi marcada para o dia 19 de setembro, adiando a análise final do texto da CCJ pelos parlamentares. Serão nove audiências públicas no grupo que debate o tema na Câmara dos Deputados. Antes, eram 8 reuniões.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/13/reforma-tributaria-relator-preve-analise-mais-longa-na-ccj-mas-mantem-prazo-de-votacao-em-plenario-para-outubro.ghtml>

Resultado de esforço para reduzir fila fica aquém do esperado, diz INSS

Agência Estado

A fila não anda. Quarenta dias após o início do chamado Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, o número de pedidos à espera de análise no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) caiu apenas 5,7% - ritmo considerado baixo diante da meta estabelecida pelo governo de zerar, até o fim do ano, a espera acima de 45 dias (prazo regular dos processos).

Dados do Portal da Transparência Previdenciária, compilados pelo próprio **INSS**, apontam que o estoque de solicitações pendentes passou de 1,79 milhão, em junho, para 1,69 milhão em agosto (até o dia 28). Se forem considerados apenas os pedidos com prazo acima de 45 dias, o percentual não é muito diferente: uma redução de 7,95% - de 1,1 milhão de requerimentos para 1,05 milhão no mesmo período.

A solução do problema da fila do **INSS** é uma prioridade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já fez cobranças públicas ao ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi.

Se é falta de funcionário, a gente tem de contratar funcionário. Se é falta de competência, a gente tem de trocar quem não tem competência, disse o presidente, no início de julho. Uma semana depois, em 18 de julho, foi lançado o programa de enfrentamento à fila, prevendo o pagamento de bônus por produtividade aos **servidores públicos**.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, disse ao Estadão que os números, de fato, ficaram aquém do esperado, e citou dois motivos principais para o lento avanço no processamento dos pedidos.

O primeiro, segundo ele, foi um número recorde de novos pedidos registrados em agosto, de mais de 1 milhão - a média mensal, disse Stefanutto, gira em torno de 800 mil solicitações. E também o fato de que parte dos processos acaba sendo postergada para o mês seguinte em razão de pedidos de documentos adicionais.

A partir do segundo mês, nós teremos toda essa massa (iniciada em agosto) sendo processada. Então, deveremos ter um número maior, disse Stefanutto, que é servidor de carreira do **INSS** e assumiu a

presidência do órgão há dois meses.

Questionado sobre a meta de zerar a fila neste ano, ele disse que está mantida. A gente continua convencido de que será possível. Está mantida a nossa previsão até 31 de dezembro, respondeu ele, com a ressalva: Se no meio do caminho continuar havendo recordes de solicitação, aí a gente revisa.

Segundo Stefanutto, cerca de 4 mil técnicos aderiram à força-tarefa com pagamento de bônus, número acima do esperado, e medidas adicionais ainda serão tomadas. Entre elas, ampliar o uso de atestado em substituição à perícia médica para concessão de auxílio-incapacidade. Antes, os benefícios concedidos por meio de atestado podiam ter duração de até 90 dias. Agora, o prazo foi ampliado para 180 dias.

Especialistas no setor, porém, são céticos. Foi uma redução tímida (do estoque de pedidos em agosto). Na minha avaliação, zerar a fila até o fim do ano é uma utopia, disse Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). Na avaliação dele, o contingente de servidores seria insuficiente para que a meta seja atingida. Sem nomeações e concursos, o governo não vai conseguir reduzir a fila na velocidade esperada.

Recrutamento

O **INSS** negocia com o Ministério da Gestão a contratação de cerca de mil profissionais já aprovados em concurso, e que hoje aguardam no cadastro de reserva. Segundo Stefanutto, a nomeação de 250 deles já estaria praticamente aprovada.

Para Cherulli, não basta incentivar a conclusão rápida dos processos se não houver eficiência. Porque aí gera revisões, recursos e ações judiciais. Ou seja, empurra o problema com a barriga e vira uma bola de neve, disse.

Dados obtidos pelo instituto, via Lei de Acesso à Informação, apontam que a fila total do **INSS**, incluindo pedidos iniciais, revisões e recursos administrativos, soma cerca de 7 milhões de requerimentos. Stefanutto confirmou o número, mas disse que o estoque refere-se ao número de tarefas, e não de pessoas - que acabariam sendo contabilizadas mais de uma vez.

O **INSS** tem ainda um outro problema: a diferença de 223 mil solicitações nas suas bases de dados. Análises preliminares apontaram que tarefas antigas ficaram pendentes no sistema, embora o segurado não esteja mais à espera da análise. Para ter certeza, criamos um grupo de trabalho e estamos abrindo uma por uma, disse Stefanutto.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/09/5124961-resultado-de-esforco-para-reduzir-fila-fica-aquem-do-esperado-diz-inss.html>

Advogado quer pagar 12% de IVA no Brasil, mas paga 21% em Portugal, diz Rodrigo Maia

13.set.2023 às 15h05

"A OAB quer um regime diferenciado (.). Em Portugal, eles pagam 21% de alíquota. Por que no Brasil tem que pagar 12%?"

A provocação foi feita nesta quarta (13) pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, atual presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), durante evento do Banco Daycoval sobre **Reforma Tributária** e propostas do governo para mexer no Imposto de Renda.

Ao citar os advogados, Maia se referia às pressões de profissionais liberais para entrarem na lista de setores com regimes diferenciados na PEC 45. O setor financeiro já está nessa lista, pela versão aprovada pela Câmara.

A PEC prevê regimes diferenciados e também uma série de bens e serviços que terão tributação reduzida em 60%, o que pode representar uma alíquota de 10% para um IVA de 25%. O pleito de entidades de profissionais liberais é ter uma regra de tributação específica, o que pode resultar em um percentual ainda menor.

"O relator [da PEC 45 no Senado], Eduardo Braga, é um cara muito experiente. Espero que, de fato, ele não aceite essas pressões", disse o presidente da CNF.

Maia afirmou ainda que 90% dos advogados estão no Simples Nacional e os demais, na maior parte, prestam serviços a pessoas jurídicas, ou seja, transferem o crédito para o tomador do serviço. Ele disse esperar que o Senado reduza o número de exceções aprovadas na Câmara.

Em julho, a Ordem dos Advogados de Portugal rompeu, de forma unilateral, o acordo de reciprocidade que facilitava a brasileiros exercer a profissão no país.

Já se antecipando aos novos capítulos da reforma do Imposto de Renda, Maia disse que ainda não vê consenso no Congresso para tratar, por exemplo, da tributação de lucros e dividendos. Segundo ele, a proposta aprovada em 2021 na Câmara transferia a

conta, principalmente, para as empresas do lucro real.

Maia também defendeu rever os benefícios do Simples e do lucro presumido. "Com todo respeito às microempresas, que são muito importantes, mas elas não serão nunca as empresas que vão alavancar uma economia. Precisamos que as grandes empresas invistam, e elas trarão as médias e pequenas empresas para o seu crescimento."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/09/advogado-quer-pagar-12-de-iva-no-brasil-mas-paga-21-em-portugal-diz-rodri-go-maia.shtml>

Ministro do Trabalho convida setores a propor fim do saque-aniversário no Congresso

13.set.2023 às 14h30

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, convidou os setores que apoiam o fim do **saque-aniversário** do **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a proporem a mudança no Congresso Nacional.

Isso poderá ser feito, apontou o petista, na tramitação do projeto que permite aos trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** sacarem os recursos em caso de demissão.

"No momento, o governo não tem opinião de propor o fim do **saque-aniversário**, apesar de ter sensibilidade de que seria importante. Não queremos tomar iniciativa de propor isso. Deixamos para se algum setor quiser tomar iniciativa ele ter oportunidade na tramitação do projeto de lei", disse.

Marinho presidiu a reunião do Conselho Curador do **FGTS** desta quarta (13) e tocou no assunto durante o encontro.

Apesar de defender o projeto nos moldes atuais, o ministro disse que em algum momento será necessário enfrentar o debate sobre acabar com o **saque-aniversário**. "Essa lei não deveria existir, mas na sua existência, negar ao correntista acesso ao seu saldo é, na minha opinião, inconstitucional."

A decisão sobre o **saque-aniversário** não passa pelo Conselho Curador do **FGTS**, mas sim pelo Congresso. A ideia é enviar o projeto para o parlamento nas próximas semanas. Atualmente, ele está sob análise da Casa Civil.

O Palácio do Planalto e líderes no Congresso acreditam que a proposta pode enfrentar dificuldades durante a tramitação. Há a avaliação de que deputados e senadores resistem a modificar ou abolir uma regra que eles próprios aprovaram.

Marinho também defendeu a revitalização do **FI-FGTS** (Fundo de Investimento do **FGTS**) e sugeriu uma troca no agente operador do fundo, que hoje é a Caixa Econômica Federal.

"Estamos em um novo momento e a Caixa deve olhar com muito carinho e cuidado o potencial de investimento que o **FI-FGTS** tem", disse durante a reunião.

Ele lembrou que quando o **FI-FGTS** foi criado, em 2007, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tentou se habilitar como o operador do fundo, mas que na época o governo preferiu a Caixa. "Podemos reabrir debate, convocar outros agentes", sugeriu.

As afirmações foram feitas enquanto os conselheiros debatiam a recuperação de R\$ 4 bilhões em cotas do **FI-FGTS** para o **FGTS**, medida antecipada pela Folha.

Os recursos estão ociosos e, na visão do conselho, podem ter um melhor retorno em aplicações com prazos mais longos do que ficando disponíveis para o **FI-FGTS**.

O **FI-FGTS** foi criado em 2007 e aplica seus recursos em grandes projetos de construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, energia e saneamento.

A conselheira Suzana Leite, indicada pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), apontou que entre os problemas do **FI-FGTS** está o de cobrar juros acima do mercado e a demora em aprovar projetos.

"Tem projetos que demoram 12 ou até 18 meses para serem aprovados, que empresa aguenta isso?"

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/ministro-do-trabalho-convida-setores-a-propor-fim-do-saque-aniversario-no-congresso.shtml>

Márcio França diz que entrada do centrão na Esplanada 'vai ajudar o governo como um todo'

Brasília

/
Augusto Fernandes, do R7, em Brasília

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, disse nesta quarta-feira (13) que o ingresso de mais partidos do centrão na Esplanada dos Ministérios "vai facilitar bastante" a vida do governo no Congresso Nacional. Os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) tomaram posse nesta quarta como ministros do Esporte e de Portos e Aeroportos, respectivamente.

"O governo tem que ter maioria no parlamento, o governo tem que ter facilidade de governar e, naturalmente, a chegada de dois parlamentares com experiência, com super disposição, com bases parlamentares fortes, vai nos ajudar no governo como um todo", afirmou França em entrevista à imprensa após a posse dos novos ministros.

Ele destacou que "para se ter uma economia pujante, é preciso ter uma base parlamentar que ajude a sustentar". "Eu tenho certeza que isso, daqui para a frente, vai facilitar bastante, porque os dois parlamentares representam suas bancadas", disse o ministro.

André Fufuca também participou da entrevista e garantiu que o PP deve apoiar o governo nas matérias de maior relevância para o país. "O Progressistas, desde novembro do ano passado, vem dando demonstrações vivas que ajudem os projetos em que estão à frente a nação brasileira, o melhorar de vida e da qualidade de vida de todos", frisou.

"Ajudamos na PEC da transição, ajudamos em matérias importantes, como arcabouço fiscal e **Carf**, e eu acredito que não será diferente a partir do dia de agora. O Progressistas haverá de acompanhar as grandes decisões nacionais e, principalmente, aquelas que melhoram a qualidade de vida de cada brasileira e cada brasileiro", acrescentou Fufuca.

Na semana passada, o Republicanos divulgou uma nota dizendo que "não fará parte da base do governo" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que "seguirá atuando de forma independente".

De acordo com o partido, a indicação de Silvio Costa Filho "trata-se, exclusivamente, de um convite pessoal e direto do presidente Lula ao parlamentar". Ainda segundo o texto, ele "deverá se licenciar não somente do cargo de deputado federal como também de suas funções partidárias, tanto da presidência do partido em Pernambuco quanto do cargo de 1º tesoureiro na Executiva Nacional do Republicanos".

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/marcio-franca-diz-que-entrada-do-centrao-na-esplanada-vai-ajudar-o-governo-como-um-todo-13092023>

Relator da reforma tributária adia apresentação de parecer para 4 de outubro na CCJ

13/09/2023 13h56

Por Maria Carolina Marcello

BRASÍLIA (Reuters) - O relator da **reforma tributária** no Senado, o líder do MDB na Casa Eduardo Braga (AM), decidiu adiar a apresentação de seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para o dia 4 de outubro, deixando a votação do texto no colegiado para depois do feriado de 12 de outubro.

O senador garante que está mantida a perspectiva de votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma ainda em outubro, como previamente estimado e acordado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A ideia inicial era que o parecer fosse apresentado à CCJ em 27 de setembro, data postergada diante de pedido de senadores de realização de mais uma audiência pública, dessa vez para analisar o impacto da **reforma tributária** sobre o setor de serviços.

A votação na CCJ deve ocorrer no dia 18 de outubro e até o fim desse mês no plenário do Senado.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Relator da **reforma tributária** adia apresentação de parecer para 4 de outubro na CCJ

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/09/13/relator-da-reforma-tributaria-adia-apresentacao-de-parecer-para-4-de-outubro-na-ccj.htm>

MP que tributa fundos de super-ricos deve ser incorporada ao PL das offshores

Eduardo Cucolo

O Congresso Nacional deve promover uma fusão entre a medida provisória que altera as regras do Imposto de Renda de fundos de investimentos no Brasil e o projeto de lei que trata de aplicações no exterior. Os dois temas seriam tratados por meio de um único projeto.

Em debate sobre os dois temas realizado nesta quarta (13) pelo Banco Daycoval, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** no ministério, afirmou que as principais sugestões de alteração à MP apresentadas pelos parlamentares estão relacionadas à tributação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, os FDICs.

Segundo ele, o governo está estudando as sugestões para construir uma solução que faça sentido para o mercado e atenda aos objetivos da proposta.

Também presente ao evento, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, atual presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), também defendeu mudanças nesse ponto do texto, ao afirmar que FDICs fechados exercem papel de concorrência com os bancos no crédito.

Loria disse que as duas propostas são um primeiro capítulo da reforma do Imposto de Renda e da tributação da folha de salários, que deve ser enviada ao Congresso até o começo de 2024 para valer a partir de 2025.

"Compartimentalizar esses dois assuntos possibilitou uma discussão muito mais profunda. Aquilo que faz sentido à luz do projeto, e não fere os objetivos do projeto, a gente tem acatado. Isso fortalece o projeto, torna o projeto mais robusto, melhor tecnicamente", afirmou.

Maia disse que, a partir de conversas com parlamentares, avalia que haverá a incorporação da MP ao projeto de lei, diante da avaliação de consultores na Câmara de que não é necessário utilizar os recursos dos fundos exclusivos para compensar a correção da tabela do IR, objetivo inicial da medida.

Para ele, há consenso suficiente nesses dois temas

para aprovar as mudanças ainda neste ano na Câmara e no Senado. Em relação à MP que trata da nova regra para aproveitamento de créditos de PIS/Cofins para quem possui benefícios de ICMS, Maia disse que a questão deve enfrentar mais resistência no Congresso.

Loria afirmou que o governo vai seguir o que a Câmara decidir em relação à tramitação. "Há uma medida provisória e um projeto de lei. A Câmara vai avaliar a forma que eles consideram mais adequada para a tramitação. Eventualmente, até em um projeto único", disse.

Segundo o representante do governo, o problema das offshore e dos fundos fechados é o diferimento tributário, que permite a pessoa de altíssima renda e patrimônio adiar indefinidamente o recolhimento do IR.

"Isso representava uma vantagem financeira em relação aos fundos de investimento abertos de varejo. Não vejo nenhuma justificativa econômica. E isso não faz sentido da perspectiva de política tributária. O que a gente quer é isonomia, mesma regra para todos os fundos, abertos ou fechados."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/mp-que-tributa-fundos-de-super-ricos-deve-ser-incorporada-ao-pl-das-offshores.shtml>

Lula oficializa trocas no governo; veja como fica a configuração dos ministérios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oficializou, nesta terça-feira, a exoneração da ministra Ana Moser do comando do Ministério dos Esportes. Em seu lugar, Lula nomeou o deputado federal André Fufuca, líder do PP. A troca foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Com as mudanças, Lula demite a segunda mulher em nove meses de governo. Ana Moser tinha respaldo de atletas e entidades esportivas. No começo do ano, Lula tirou a deputada Daniela Carneiro do comando do Ministério do Turismo para atender a um pedido do União Brasil.

Havia a expectativa de que Moser e Lula se reunissem uma última vez nesta terça-feira. A agora ex-ministra, no entanto, deixa o governo sem o encontro. Lula foi altamente criticado por não ter feito um agradecimento público ao trabalho de Moser no governo ao anunciar sua demissão. Passados sete dias do anúncio oficial da troca, Lula segue sem comentar a saída de Ana Moser.

Em entrevista ao GLOBO no sábado, Moser afirmou que Lula tinha se comprometido com uma reunião de fechamento e que ela deveria acontecer na terça-feira.

- Ele agradeceu pessoalmente. Na semana que vem, provavelmente na terça, teremos uma conversa de fechamento. Tem prazo na semana que vem ainda de entrega do final do que é a sanção e regulamentação em alguns projetos de lei para complementar a Lei Geral dos Esportes. Ele se comprometeu a dar esse fechamento e deve acontecer isso na terça-feira antes da posse - afirmou em entrevista ao GLOBO.

Na mesma edição do Diário Oficial, Lula também oficializou a nomeação do deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos) como ministro de Portos e Aeroportos e Márcio França (PSB) como ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

França foi desalojado do Ministério dos Portos e Aeroportos para dar espaço ao Republicanos na **reforma ministerial** que abriu o governo para o Centrão. Nesta terça-feira, o presidente Lula dá posse aos três ministros reunião privada no Palácio do Planalto. Fufuca e Silvio terão ainda uma cerimônia pública de transmissão de cargo. Não há, no entanto,

previsão de participação de Lula.

Veja como fica a esplanada de Lula

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/13/lula-oficializa-trocas-no-governo-veja-como-fica-a-configuracao-dos-ministerios.ghtml>

Eduardo Braga divulga calendário de votação da reforma tributária e prevê votação em plenário dia 18 de outubro

O relator da **Reforma Tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), divulgou nesta quarta-feira a sua projeção de agenda para a tramitação da **reforma tributária** na Casa. Ele adiou para 4 de outubro a apresentação do relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O prazo inicial para a entrega do parecer era 27 de setembro. Com isso, o texto da proposta será apreciado em plenário no dia 18 de outubro. O plano da equipe econômica é ter a reforma promulgada ainda este ano.

A mudança no cronograma ocorreu por conta da pressão do setor de serviços que pediu a inclusão de mais uma audiência no plano de trabalho na Comissão. Ao todo, serão realizadas nove audiências para discutir a proposta.

Nesta quarta-feira, ocorre a terceira para tratar do Conselho Federativo, que ficará responsável por gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai unificar o imposto estadual ICMS e municipal ISS.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/13/eduardo-braga-adia-para-inicio-de-outubro-entrega-do-relatorio-sobre-a-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy

Publicado em 13/09/2023 - 00:08

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As exceções instituídas pelo Congresso Nacional reduziram o espaço para a devolução parcial de **tributos** pagos pelos mais pobres sobre a cesta básica, disse nesta terça-feira (12) o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele, no entanto, disse que o mecanismo, chamado de cashback, poderá ser instituído, mesmo que em escala menor que o originalmente previsto.

"Ao optar por fazer desoneração da cesta básica e de outros produtos, o Congresso Nacional, vamos ser bem claros, reduziu o espaço para fazer o cashback. Não quer dizer que não terá. Existe a possibilidade de ter o cashback, mas ele certamente será menor do que poderia ser", afirmou o secretário no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela organização Oxfam Brasil.

Durante a tramitação da **reforma tributária** na Câmara, os deputados incluíram uma série de bens e de serviços que pagariam metade da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Adicionado Dual (IVA Dual), como cesta básica, insumos para a agropecuária e serviços de educação e saúde privadas. Posteriormente, essa alíquota foi reduzida para 40% da alíquota padrão, com a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero.

Com as exceções, a alíquota padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, segundo cálculos apresentados pelo Ministério da Fazenda no início de agosto, para que o governo não perda arrecadação. Sem elas, a alíquota padrão ficaria entre 20,73% e 22,02%, considerando o cenário original da **reforma tributária**.

"O ideal seria ter uma reforma que tributasse tudo por igual e ter um volume muito grande de recurso para poder fazer essa devolução do imposto para as famílias de menor renda, porque teria um impacto distributivo extremamente positivo", comentou o secretário extraordinário, ao sugerir menos exceções.

A ideia inicial da **reforma tributária** era incluir o cashback para pobres na Constituição, mas, durante a

tramitação, o Congresso decidiu que o sistema de devoluções será definido em lei complementar. O cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) sendo cruzadas para autorizar a devolução. Em locais remotos, sem acesso à internet, poderia ser adotado um sistema de transferência direta de renda complementar ao Bolsa Família.

Em relação à **reforma tributária** sobre o consumo, o secretário extraordinário ressaltou que os ganhos não se limitam às famílias de baixa renda. Além de reduzir a tributação sobre o consumo, que onera a parcela mais pobre da população proporcionalmente à renda, a reformar ampliará a tributação dos serviços, tradicionalmente consumidos pelos mais ricos.

Appy apontou mais dois ganhos trazidos pela **reforma tributária** sobre o consumo. O primeiro é o aumento da arrecadação em estados menos desenvolvidos por causa do aumento do consumo da população de baixa renda. O segundo é o crescimento de 12 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país) em 15 anos, proporcionado pela simplificação do sistema tributário.

Segundo o secretário, o projeto de lei que tributa as offshores (investimentos de brasileiros em empresas no exterior) e a medida provisória que antecipa o Imposto de Renda de fundos exclusivos são importantes para diminuir a desigualdade no sistema tributário. A mera adoção de um sistema mais isonômico de tributação, destacou Appy, traz efeitos positivos na distribuição de renda.

Em relação à reforma dos **tributos** sobre a renda, que envolverá medidas mais amplas que a tributação das offshores e dos fundos exclusivos, o secretário informou que a proposta será enviada ao Congresso no fim do ano ou no começo do próximo. Appy explicou que o governo decidiu iniciar as discussões sobre o tema apenas após a conclusão da reforma sobre o consumo, que deve ser votada em outubro pelo Senado e voltar à Câmara para ser apreciada novamente até dezembro.

O texto aprovado pelos deputados em junho estipula que o governo envie um projeto de lei complementar

para reformular os **tributos** sobre a renda até 180 dias após a promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda os **tributos** sobre o consumo.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/congresso-reduziu-espaco-para-cashback-na-reforma-tributaria-diz-appy>

Costa assume Portos e Aeroportos e afasta privatização do Porto de Santos

Henrique Lessa

Após assinar a posse no Ministério dos Portos e Aeroportos, em cerimônia restrita com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto na manhã desta quarta-feira (13/9), o novo ministro Silvio Costa Filho (Republicanos) fez um evento público, com o antecessor, Márcio França, e diversos aliados e colegas de Esplanada, para oficializar a troca de comando da pasta.

No discurso de posse, Costa afirmou que o governo não tem nenhum desejo de privatizar o porto de Santos, principal rota das exportações brasileiras.

"A privatização do Porto de Santos é uma decisão do governo, nós não temos nenhum desejo de privatizar o Porto, vamos construir já a partir de amanhã um diálogo com o presidente do porto, com os trabalhadores. O Porto de Santos é o responsável pelo maior investimento previsto no PAC", ressaltou o ministro.

O ministro ainda destacou a importância dos Portos e Aeroportos no processo de crescimento econômico do país e apontou que o ministério deve buscar parcerias com a iniciativa privada para realizar obras nos terminais.

"Nós falamos em 98% das nossas exportações feitas através dos nossos portos e aeroportos. Sob a orientação do presidente Lula, nós precisamos mais que nunca trazer a iniciativa privada para perto, dialogar com os trabalhadores para avançar na agenda de desenvolvimento do Brasil, que vai crescer em média 2,5 a 3% nos próximos anos",

Aeroportos do Rio de Janeiro

Quanto ao Rio de Janeiro, Costa disse que o compromisso do governo será de manter os dois terminais aeroportuários da cidade funcionando, para isso, quer buscar um entendimento com o estado e a cidade do Rio para, junto com os concessionários, criar uma estratégia.

Republicanos no governo

Sobre a adesão do partido à base do governo, Silvio ressaltou que o Republicanos no primeiro semestre já

votou 87% das matérias de forma alinhada com o governo.

"O Republicanos no primeiro semestre votou em 87% com o governo, nas pautas econômicas de interesse do país. A exemplo da **reforma tributária**, a exemplo de outras matérias que foram fundamentais para dar ao governo espaço fiscal, para dar ao governo previsibilidade e recuperar a sua capacidade de investimento. Fruto disso foi o PAC, nós estamos falando de R\$ 1,7 trilhões só do PAC, dos quais R\$ 70 bilhões estão no Ministério dos Portos e Aeroportos", disse o ministro.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/09/5125136-costa-assume-portos-e-afasta-privatizacao-do-porto-de-santos.html>

Tributação de software e as contradições da Receita - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Em fevereiro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), enfim, pacificou seu entendimento sobre a tributação das operações de licença de uso de software, ao definir que tais operações são tributáveis pelo ISS e não pelo ICMS. Independentemente de o software ser classificado como padronizado (prateleira) ou por encomenda, seja via download ou ainda na modalidade software as a service (SaaS).

Até então, a **Receita Federal** possuía entendimento pacificado pela Solução de Consulta Cosit nº 316/20173 no sentido de que a remuneração pela licença de uso de software caracteriza exploração de direito e, via de consequência, não deveria ser tributada pelo PIS/Cofins-Importação, cuja incidência se restringe às operações envolvendo bens e serviços.

Ocorre que, por ter o STF se manifestado pela tributação da licença de uso de software pelo ISS, discutiu-se sobre a possível utilização desse precedente para classificar as remessas para remuneração dessas licenças também como "serviço", o que atrairia a incidência do PIS/Cofins-Importação. Essas discussões ganharam ainda mais força quando da publicação da Solução de Consulta Cosit nº 36/23, que definiu que se aplicaria às operações de licença de uso de software o percentual de presunção no lucro presumido aplicável a "prestação de serviços" - de 32%.

Poucos meses depois, com a publicação da Solução de Consulta Cosit nº 75/23, a Receita reiterou seu entendimento histórico de que a remuneração pela licença de uso de software caracteriza-se como "royalties", apontando que "a mera inclusão na lista de serviços sujeita ao ISS, contudo, não afasta a natureza dos contratos de licença de direito de uso de programas de computação (software)".

Nesse contexto, ao reconhecer que o pagamento por licença de uso de software caracteriza remuneração pela exploração de direitos autorais, a **Receita Federal** parecia sinalizar que, ao julgar as ADIs 1954 e 659, o STF "relativizou" apenas a hipótese de incidência do ISS para abranger as operações de licença de uso de software e não o "conceito" de serviço ou mesmo a natureza das operações com software, para fins tributários.

No entanto, poucos dias após a publicação da Solução de Consulta Cosit nº 75/23, foi publicada a Solução de Consulta Cosit nº 107/23, por meio da qual, apesar de confirmar a natureza de direitos autorais da exploração do software, apontou-se que referidas operações deveriam ser tributadas pelo PIS/Cofins-Importação por envolverem uma "obrigação de fazer".

De acordo com o referido entendimento, a licença de uso de software estaria sujeita à incidência do IRRF, por caracterizar remuneração pela exploração de direito autoral e também pelo PIS/Cofins- Importação, por se tratar de uma operação mista ou complexa envolvendo além da "obrigação de dar" uma "obrigação de fazer".

Essa interpretação, todavia, cria uma inegável cacofonia tributária. De um lado, a Cosit fundamenta a incidência do IRRF com base na premissa de que a licença de direito de uso do software se classifica como exploração de direito autoral. Do outro lado, diametralmente oposto, esse mesmo órgão justifica que a licença de uso do software caracterizaria um "serviço" para fins de tributação pelo PIS/Cofins-Importação.

Ao tratar as remessas de software como royalties para fins de Imposto de Renda, a Cosit restringe a aplicação das regras de não retenção do IRRF relativamente a remessas destinadas a países com os quais o Brasil possui acordo para evitar a dupla tributação, o que seria possível caso a licença de uso de software fosse entendida como um "serviço", tal qual o foi para fins de PIS/Cofins-Importação.

Como se vê, as autoridades da Receita acabaram por dar a uma mesma operação, duas naturezas jurídicas distintas e conflitantes. Sem mera coincidência, a Receita aplica dois entendimentos que lhe favorecem em duplicidade, seja porque impossibilita o creditamento do IRRF ao tratar a remuneração pela licença de uso do software como royalties, seja porque classifica o mesmo software como "serviço" na pretensão de tributar as remessas também pelo PIS/Cofins- Importação.

Essa incongruência deve gerar relevante contencioso tributário não apenas em operações internas, em relação a possibilidade de desconto de créditos de

PIS/Cofins- Importação com intangíveis, mas também questionamentos internacionais sobre os reflexos dessas conflitantes interpretações sobre os tratados internacionais em que o Brasil é signatário.

Ao menos enquanto não houver uma definição quanto a efetiva natureza e o tratamento tributário do software pela Receita, considerando a vinculação do entendimento Cosit às autoridades fiscais, o entendimento da Solução de Consulta Cosit nº 107/23 somente poderá ser aplicado a partir de 13 de junho (serviço). Relativamente aos fatos geradores passados, deverá ser mantida a interpretação firmada na Solução de Consulta Cosit nº 316/2017, ratificado pela Solução de Divergência nº 2/2019, no sentido da não incidência do PIS/Cofins-Importação nas remessas para remuneração de licença de uso de software.

Luís Alexandre Barbosa e Fernando Bittencourt são sócios do LBMF Sociedade de Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1)**

Surpresa no IPCA dá sustentação à queda das taxas futuras

Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

A surpresa com o IPCA de agosto abaixo do esperado contribuiu para uma retirada dos prêmios de risco que vinham sendo embutidos nos juros locais nos últimos dias e fez as taxas futuras recuarem no pregão de ontem, o que também deu impulso ao Ibovespa. A perspectiva de redução do diferencial de juros, porém, voltou a afetar o dólar, que fechou o dia em alta, na marca de R\$ 4,95, também influenciado pelo campo externo.

A sensibilidade do mercado de juros ao resultado do índice oficial de **inflação** voltou a se mostrar elevada na sessão. Além de o número "cheio" do IPCA ter surpreendido ao ficar abaixo do piso das estimativas, houve melhora adicional na dinâmica da **inflação** de serviços, o que ajudou o mercado a retirar prêmio dos juros. Assim, a taxa do DI para janeiro de 2026 caiu de 10,165% para 10,06% e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 10,39% para 10,30%.

Na avaliação do economista-chefe da Garde Asset, Daniel Weeks, o número do IPCA foi "inegavelmente bom", ao mostrar uma melhora na dinâmica dos serviços subjacentes, mas não deve ser suficiente para alterar o plano de voo desenhado pelo Banco Central (BC) em suas comunicações mais recentes.

"O BC condicionou a possibilidade de acelerar o ritmo de cortes não só pela melhora na **inflação** de serviços, mas também por uma melhora adicional das expectativas de **inflação** e por uma abertura do hiato do produto. As expectativas de **inflação** longas estacionaram [em 3,5%] e vimos um crescimento mais forte no segundo trimestre", afirma. Assim, ao citar os três fatores do BC para um ciclo mais célere, Weeks aponta que "um deles está sendo satisfeito, mas os outros dois, não".

Para além das incertezas relacionadas ao fiscal, que voltaram a aumentar nos últimos dias, o cenário externo também tem se mostrado mais desafiador. Weeks, assim, aponta que alguns bancos centrais emergentes que promoveram cortes de juros maiores que o esperado viram suas moedas exibirem desempenho negativo recentemente.

"Além do Banco Central do Brasil, o Chile veio com uma queda de juros mais forte e a moeda apanhou

bastante. Mais recentemente, a Polônia cortou o juro em 0,75 ponto, quando o mercado esperava 0,25 ponto, e a moeda também vem sofrendo. O BC deve optar por ser mais cauteloso e vejo como muito baixa a probabilidade de aceleração neste ano", conclui Weeks. A Garde Asset espera uma taxa Selic em 9% no fim do ciclo de afrouxamento.

No mercado de câmbio, o dólar fechou a sessão em alta de 0,42%, a R\$ 4,9520. Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, o IPCA de agosto não deveria penalizar a moeda brasileira. "Até porque a questão do diferencial de juros, a meu ver, tem mais peso quando nos referimos às divisas de mercados desenvolvidos do que quando falamos de mercados emergentes", afirma. "O real continua sendo beneficiado pelos termos de troca, pelo risco país e pelos fluxos." Oliveira diz esperar um desempenho ainda positivo do fluxo cambial para o Brasil. "E não estou me referindo a eventuais operações de "carry trade", mas a algo mais amplo, como entrada de fluxo no mercado de ações e como entrada de FDI [investimento direto estrangeiro].

Vamos lembrar que seremos a primeira economia que vai terminar o ciclo pós-covid." A queda dos juros futuros também ajudou a impulsionar o Ibovespa, que se descolou dos pares globais e fechou em alta de 0,93%, aos 117.968 pontos, ajudado, ainda, pelos preços do petróleo. Entre os papéis de destaque, as ações ordinárias da Petz subiram 5,80% e as da Petrobras ganharam 1,10%.

Mesmo com a alta diária, Rafael Cintra, analista de ações da Forpus Capital, avalia que as incertezas fiscais mantêm a casa afastada de papéis sensíveis ao cenário doméstico.

"Se o governo não for responsável fiscalmente, o dólar estressa, gera **inflação** e limita o ciclo de cortes de juros. Nesse cenário, fica difícil enxergar a Selic "terminal" na casa de um dígito, como o mercado chegou a precificar. Aproveitamos a alta recente da bolsa para vender ações domésticas e aumentar nossa exposição às exportadoras de commodities", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1>

Economia mais forte ajuda dólar a retomar fôlego contra pares globais

Gabriel Caldeira e Victor Rezende De São Paulo

O mercado até chegou a vislumbrar um dólar mais fraco contra moedas de mercados desenvolvidos, especialmente entre julho e o início de agosto, mas o ambiente mais avesso a risco fortaleceu de forma generalizada a divisa americana. E, na visão de participantes do mercado, o dólar não deve parar por aí e pode continuar a exibir fôlego ao menos no curto prazo.

Enquanto no Brasil o real foi penalizado e chegou a encostar em R\$ 5, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar contra uma cesta de seis moedas desenvolvidas, já flerta com os 105 pontos - rondando os maiores níveis do ano - e pode alcançar níveis ainda mais altos, o que tem feito autoridades monetárias ao redor do globo acenarem com possíveis ações para conter a força do dólar.

É o caso do Japão, onde o dólar se aproximou de 150 ienes, o que levou o chefe de gabinete do governo, Hirokazu Matsuno, a dizer que os movimentos do câmbio estão sendo monitorados com "elevado senso de urgência" - enquanto o Banco do Japão (BoJ) indicou possível alta nos juros. Na China, o banco central (PBoC) tem fixado o yuan em níveis mais apreciados que os esperados pelo mercado, enquanto no Chile o banco central deu um passo atrás e reduziu o ritmo de cortes de juros, citando a depreciação do peso como um dos motivos para a decisão.

"A força do dólar face às principais moedas parece, agora, um pouco mais esticada, contudo ainda é provável que se estenda ainda mais no curto prazo", diz o chefe de estratégia global de câmbio e juros do Goldman Sachs, Kamakshya Trivedi, que dá atenção especial ao euro, que, nos últimos dias, chegou a ser negociado abaixo de US\$ 1,07.

Ele nota que, já nas últimas semanas, o banco passou a ver um dólar mais forte contra o iene e o yuan e, agora, aponta dúvidas quanto à dinâmica do euro.

Ao menos por enquanto, o Goldman Sachs mantém sua visão de que o euro deve se fortalecer até o fim do ano, subindo para US\$ 1,10. "O nosso cenário-base prevê cortes nos juros pelo Fed num futuro próximo e alguns dos fatores por trás da desaceleração da indústria, como a desestocagem e a demanda

chinesa, podem se tornar vetores de sustentação à frente. Mas, talvez, precisemos esperar um pouco mais antes que isso fique claro", diz Trivedi.

Já o chefe de câmbio do Jefferies, Brad Bechtel, tem uma previsão oposta para o euro e vê uma queda da moeda comum a US\$ 1,05. Para ele, a alta do dólar se baseia em fatores fundamentados na esteira do desempenho mais forte da economia dos EUA em relação aos países do G-10 (grupo com as dez economias mais desenvolvidas do mundo).

Bechtel entende que tanto o Fed quanto o Banco Central Europeu (BCE) estão em uma posição em que evitarão subir mais os juros se puderem. Se os bancos centrais decretarem o fim do aperto monetário, ele projeta que o DXY deve oscilar em nível um pouco superior ao atual, entre 106 e 108 pontos.

O chefe global de estratégia de câmbio e de emergentes do Barclays, Themistoklis Fiotakis, observa que a recente recuperação do dólar foi marcada por um declínio muito expressivo no posicionamento técnico a partir de níveis vendidos (apostas na queda) na moeda americana bastante esticados, o que pode indicar que a alta recente do dólar "pode ter sido mais técnica do que aparenta".

Dados mais recentes da CFTC (Comissão de Negociação de Contratos Futuros de Commodities) indicam que a reversão de posições vendidas em dólar continuou em ritmo acelerado e totalizou US\$ 7,2 bilhões no último dia 5, contra uma mínima de US\$ 21,3 bilhões alcançada no fim de julho.

Fiotakis aponta, ainda, que o enfraquecimento da China e da Europa tem tornado o viés de desvalorização do dólar menos atraente.

"Talvez mais importante e mais intensamente que nunca, com os juros reais em alta e o crescimento continuando a abrandar, as probabilidades de um "acidente" estão aumentando. Podemos imaginar uma situação em que os dados de crescimento se suavizam, a **inflação** se torna mais persistente e o Fed se inclina a um lado mais agressivo. Essa é uma possibilidade não trivial que poderia desencadear surtos de força do dólar." Já em relação ao iene e ao yuan, particularmente pressionados em meio ao rali global do dólar, tem aumentado a expectativa no

mercado sobre uma possível intervenção dos bancos centrais. Mas para Brad Bechtel, do Jefferies, enquanto a depreciação das moedas não se descolar do cenário global, uma resposta mais efetiva do BoJ e do PBoC é improvável. Para ele, os sinais recentes das autoridades têm como objetivo "desacelerar" o enfraquecimento das moedas, e não pará-lo por completo.

No caso do Japão, ele vê a possibilidade de que o BoJ suba os juros acima do patamar negativo, mas uma intervenção no câmbio só ocorreria caso o dólar fique acima de 150 ienes de forma consistente. Ele, porém, avalia ser "difícil que o dólar de fato suba ante o yuan" diante do controle firme que o PBoC exerce sobre o mercado local. Na segunda-feira, o BC fixou o câmbio a 7,2148 yuans por dólar, o que contrariou a expectativa de um câmbio mais fraco na China.

"A força do dólar face às principais moedas parece, agora, um pouco mais esticada" Kamakshya Trivedi

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1)**

Dolarização é um erro que desvia o foco das prioridades, diz economista argentino

Roberto Lameirinhas

Um dos mais conhecidos e respeitados economistas da Argentina Miguel Ángel Broda conhece bem o favorito para as eleições presidenciais argentinas, o ultradireitista Javier Milei. E diz que, apesar da retórica radical, ele deveria assustar menos os investidores e o mercado argentino do que seu adversário peronista, o atual ministro da Economia do país, Sergio Massa.

Milei chegou a ser economista chefe da firma de consultoria Estudios Broda. "Numa análise das candidaturas, a equipe de Patricia Bullrich [candidata de centro-direita da coalizão Juntos por el Cambio] é mais séria, mas Milei é mais inteligente do que todos eles", disse Broda. "Há dias eu falava com Pérsio Arida, o aluno mais brilhante que tive na Universidade de São Paulo [USP, onde Broda lecionou de 1976 a 1979], que Milei era o que tinha um dos QIs mais próximos ao dele", afirmou.

Broda acredita que a candidatura de Bullrich ficou muito abalada com o resultado das Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (Paso) de 13 de agosto, nas quais sua coalizão chegou dividida.

A maior parte das pesquisas argentinas indica hoje que o primeiro turno de 22 de outubro deve levar Milei com tranquilidade à segunda votação, em 11 de novembro, com Massa e Bullrich disputando a segunda vaga.

"Milei se tornou um caso de êxito político-eleitoral por duas causas: falou de dolarização, que afeta diretamente a maior parte da classe média, e atacou a casta dos políticos", afirmou Broda. Ele considera, porém, que a principal bandeira da campanha de Milei, a dolarização, é um erro, por tirar o foco das verdadeiras prioridades do próximo governo, que é o de promover reformas fiscais para ancorar a inflação e reduzir impostos para criar confiança e voltar a atrair investimentos.

E, em muitos pontos a ideologia anarcocapitalista de Milei "faz com que antes do problema ele já tenha a solução". "Isso pode ser uma trava. A ideologia e a doutrina de Milei são um grande problema", disse Broda.

Enquanto isso, "Massa se empenha em agravar sua

herança de desordem", afirmou Broda. "Ou seja, o próximo governo vai ter pela frente uma enorme fragilidade e vulnerabilidade macroeconômica", disse. Ele prevê uma contração de 3,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da Argentina neste ano, uma inflação anual de 170% em dezembro e um déficit fiscal de até 12% do PIB - a meta era de 2,5%.

A seguir, os principais trechos da entrevista que Massa concedeu por videoconferência ao Valor: Valor: O sr. acredita que a Argentina tem hoje algum candidato que seja capaz de trazer confiança aos investidores e aos mercados?

Miguel Ángel Broda: Ainda não.

Dois dos três candidatos, Javier Milei e Patricia Bullrich, estão comprometidos em reverter a atual decadência. Ou seja, têm clareza de que precisa haver uma nova organização econômica na Argentina. Mas nenhum deles é visto pelo mercado como opção segura. No caso de Milei, ele é tratado ainda como um showman. É uma pessoa muito inteligente, mas solitária, não experimentada e - na verdade - o mercado tem muitas dúvidas sobre a capacidade dele de fazer o que propõe e, sobretudo, sobre a governabilidade que pode ter. No caso de Bullrich, trata-se de uma boa economista, com muito talento, mas perdeu a imagem de líder que tinha depois do resultado das primárias [em termos individuais, foi apenas a terceira candidata mais votada].

Entendo que um triunfo de Bullrich seria preferível para os mercados a uma vitória de Milei.

Valor: Os dois seriam, então, as opções para tirar o país do atoleiro em que se encontra há vários anos?

Broda: Ambos falam em reverter o processo de aceleração da decadência com a instauração de um novo regime econômico. Mas parecem mais preocupados com questões irrelevantes. Insistem em discussões como a de dolarização ou bimonetarismo enquanto o ministro-candidato Sergio Massa se empenha em agravar sua herança de desordem - ou seja, o próximo governo vai ter pela frente uma enorme fragilidade e vulnerabilidade macroeconômica. Em lugar de preocupar-se com o sistema monetário, eles deveriam discutir como sair do desastre macroeconômico que Massa deixará.

Valor: Os investimentos que se esperam, então, ainda demorarão a retornar à Argentina?

Broda: Os meus clientes do exterior estão em um compasso de espera.

Entendem que há boas ideias nas candidaturas de Milei e de Bullrich, mas com Milei há dúvidas sobre se essas ideias perdurarão porque nem todas podem ser postas em prática - ou porque ele tem poucos parlamentares, ou porque dependem de mudanças legislativas complicadas, ou porque Cristina Kirchner e o peronismo vão acelerar os protestos de rua. No caso de Bullrich, ela tem a melhor equipe econômica. Creio que a reconquista da confiança vai demorar. A credibilidade é muito difícil de alcançar só com eleições e, claramente, o ministro-candidato tem feito todo o possível para tornar a macroeconomia mais frágil e vulnerável.

Nunca cumprimos os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com Massa, agora, não só não cumprimos, como também fazemos o inverso do que o FMI nos recomenda a fazer.

Valor: O sr. acredita que a personalidade de Milei, que trabalhou em sua consultoria, é um obstáculo para a imagem dele?

Broda: Numa análise das candidaturas, a equipe de Bullrich é mais séria, mas Milei é mais inteligente do que todos eles. Há dias eu falava com Pêrsio Arida, o aluno mais brilhante que tive na USP, que Milei era o que tinha um dos QIs mais próximos ao dele. Ele riu, mas eu disse que Milei é alguém muito inteligente, com alguns problemas de personalidade. Milei diz a todos que se tornou economista profissional quando trabalhou aqui na empresa. Eu lhe dava muitos papers teóricos para ele estudar.

Mas me parecia que ele relutava sobre como isso servia ou podia servir para interpretar a realidade.

Valor: Como o sr. vê os meses finais do governo atual?

Broda: Nós esperamos que o **PIB** caia este ano 3,5%, esperamos que a **inflação** anual em dezembro seja de 170%, mas o **PIB** sem o setor agrícola vai cair muito pouco - abaixo de 1%. O governo acelerou os riscos de crise porque desvalorizou sem programa. Vamos ter 12% de **inflação** em agosto, o mesmo em setembro, 8% ou 9% nos meses seguintes. Quem ganhar a eleição, vai ter de resolver o problema dos preços relativos [atrelados à variação do dólar paralelo] represados.

Valor: E a renegociação do acordo com o FMI?

Broda: Com Massa, não vejo como cumprir nenhuma das metas quantitativas - fiscais, de reservas internacionais ou monetárias -, mas menos ainda vamos cumprir as metas qualitativas, como a de intervir menos nos mercados para que o dólar não suba, não emitir para comprar títulos que o setor privado não quer manter, para que os bônus não baixem muito de preço. Ou seja, o governo acertou com o Fundo desvalorizar o câmbio oficial em 22% para depois seguir aumentando o spread com o dólar paralelo e congelar a cotação até o fim de outubro. Eu não encontro em Washington ninguém que acredite em Massa.

Valor: O sr. acredita na possibilidade de Massa ser eleito?

Broda: Eu creio que ele está muito próximo de Bullrich. Esse não é hoje um cenário improvável. Faltam 40 dias para as eleições e tudo pode mudar. Hoje, eu diria que Milei tem 55% a 60% de probabilidade de ser presidente. E cerca de 20% de possibilidade de ganhar em primeiro turno. Eu vejo hoje uma probabilidade um pouco maior de Massa ir a um segundo turno - e essa não é uma boa notícia porque Massa é a combinação do populismo com muita malícia.

Valor: Como seguiriam as negociações com o FMI com Milei?

Broda: O que temos certeza é que haverá uma nova negociação com o Fundo, ganhe quem ganhe.

Será necessário restabelecer um novo programa. A equipe do FMI que negocia com a Argentina ficou bem impressionada com Milei porque Milei disse que vai fazer ajustes fiscais maiores do que eles pedem. Mas há muitas dúvidas sobre como ele poderia fazer isso, sobre as condições que teria de governabilidade, mas creio que nem Bullrich nem Milei demorariam em fazer um novo programa com o Fundo. O Fundo se opôs à convertibilidade, certamente se opõe à dolarização, mas minha impressão é que esta não é uma questão para os próximos meses. Isso vai ficar para depois. O importante imediatamente é desregular, baixar **impostos** para atrair investimentos e, sobretudo, encontrar uma âncora fiscal e resolver os problemas mais graves do quadro fiscal.

A previsão é que o déficit fiscal termine o ano em 12% do **PIB**. Esse deve ser o principal obstáculo para quem assumir como presidente.

Valor: O sr. acha que o Fundo não está preocupado com a perspectiva de uma vitória de Milei?

Broda: Eu diria que o FMI estará muito, mas muito, preocupado se Massa - que perdeu toda a credibilidade - vencer as eleições. Das reuniões que tiveram com as equipes de Bullrich, de Massa e de Milei, os técnicos saíram até mais satisfeitos com Milei do que com a equipe de Bullrich. E os economistas que assessoram Milei e estiveram nestas reuniões não enfatizaram a dolarização, mas a mudança da organização econômica e o ajuste fiscal. Hoje, no FMI não há nenhuma prevenção a Milei. Poderá haver depois, e isso vai depender de muitos fatores. E também dependerá de Milei começar imediatamente a negociar com o FMI, pois não haverá dinheiro para pagar as parcelas dos empréstimos já contraídos e ele precisa fazer isso para gerar confiança.

Valor: O sr. faz algum paralelo entre a crise de hoje e a de 2001?

Broda: Não vejo. É uma crise longa já. Mas esta é uma crise de desequilíbrio macro, bem diferente da crise de 2001. Em 2001 explodiu a conversibilidade. Lembremos que o dólar passou de 1 para 4 pesos. A crise atual é mais estrutural e mais duradoura - mas também é uma crise em que o peronismo está no governo. Os estímulos aos piquetes, à saída às ruas, são menores.

Valor: Muito se fala de dolarização ao mesmo tempo em que há uma corrida por dólares da Argentina.

Quem aceitaria pesos no dia seguinte de uma eleição de Milei?

Broda: O debate sobre dolarização desvia o foco da questão central de organização das contas. Esse debate não é prioridade. E acho que Milei está mudando. Hoje ele mesmo já fala em processo de dolarização entre 18 e 24 meses. Mas creio que as tarefas prévias a dolarizar, ou seja ordenar as variáveis macros e ter um pouco mais de dólares.

Milei hoje é um caso de êxito político eleitoral por duas causas: porque falou de dolarização, que afeta diretamente à maior parte da classe média, e porque atacou a casta dos políticos. Mas hoje me surpreenderia muito se ele agisse para dolarizar a economia no primeiro dia de mandato.

Valor: E quais seriam as prioridades?

Broda: Hoje o que se percebe é que se necessitaria um ajuste fiscal forte, que permita a recuperação de equilíbrio nos preços relativos, uma desregulação e redução de **impostos** que travam o investimento antes que se pense em um sistema monetário que resulte na dolarização. O sistema monetário é uma questão de

segundo plano.

A dolarização é assunto para se pensar para 2026 ou além.

Valor: As posições ideológicas de Milei são um entrave?

Broda: Sem dúvida. Milei é um bom economista profissional, mas tem uma bagagem doutrinária e ideológica, basicamente defendendo as ideias do [economista argentino] Alberto Benegas Lynch, que é seu "mentor libertário", que claramente gera muitas dúvidas.

Em muitos pontos a ideologia anarcocapitalista de Milei faz com que antes do problema ele já tenha a solução. Isso pode ser uma trava.

A ideologia e a doutrina de Milei são um grande problema.

Valor: Como o sr. vê, por exemplo, as declarações de Milei de que romperia laços com a China?

Broda: São extremadamente simplistas. Assim como dizer "não vou entrar no Brics porque são comunistas".

Argentina necessita como país pobre manter-se em equilíbrio com várias partes. Não digo ser como Lula [o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva], que endossa tudo o que vem de Pequim, mas manter equilíbrio nas relações com a China, que pode nos financiar. Por exemplo, a oposição Argentina - tanto Bullrich quanto Milei - disseram que não vão entrar no Brics. E os EUA não pediram nada. Não disseram "Argentina, não entre no Brics". E entraram Egito e um monte de países que têm boas relações com os EUA.

É um horror que Milei diga não quero saber dos Brics, "porque são comunistas". Se há financiamento na China, ou se há possibilidade para vender-lhes bens ou commodities, a Argentina tem de procurar, sem nenhum condimento ideológico, comerciar com qualquer país. A necessidade tem cara de herege. É um erro a posição de Milei. Creio que, se for eleito, será mais pragmático.

"Bullrich e Milei buscam sair da decadência, mas se perdem em debates irrelevantes como a da dolarização"

"A previsão é de que o **PIB** caia 3,5% neste ano, a **inflação** chegue a 170% em 2023 e o déficit fiscal seja de 12%"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1>

§ion=1

Reforma tributária pode reduzir preço de passagens interestaduais

A **reforma tributária** pode reduzir em até 15% o valor das passagens de transportes interestaduais. A estimativa é da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati). A entidade representa 90% das empresas regulares de transporte de passageiros rodoviários do país.

Segundo a associação, a projeção tem como base a previsão de diminuir a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Portanto, isso deve impactar no valor final da tarifa atual. Assim, a expectativa é de que a aprovação do texto contribua para impulsionar os resultados do setor.

De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entre janeiro e junho de 2023, pouco mais de 14 milhões de passageiros foram transportados em todo o País. Portanto, reduzindo em quase 26% o número registrado no mesmo período em 2022.

Na avaliação da Abrati, a queda pode ter relação com diversos fatores e um deles é o valor das tarifas praticadas atualmente no país. Conforme ressalta a associação, o preço dos combustíveis pode ser um dos responsáveis pelos valores praticados. A associação menciona ainda a falta de investimentos nas rodovias do país e a alta carga tributária.

"Os valores das tarifas praticadas hoje no país têm interferência direta desses **tributos**. Só a taxa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) chega a 19%, dependendo do local de origem da viagem. Por isso, acompanhamos com entusiasmo os caminhos de mudanças efetivas que a proposta tem seguido. Já aprovado na Câmara, o texto segue com forte potencial de aprovação no Senado. Dando uma sinalização clara que os atores envolvidos também estão abertos às transformações que queremos. Toda a sociedade tem a ganhar com a **Reforma Tributária**", declarou Paulo Porto, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Principais mudanças propostas

Segundo o executivo, a alteração na arrecadação do Imposto de Renda (IR) é umas das mudanças mais importantes na proposta. Afinal, prevê diminuir a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Assim, a medida pode enxugar em até 15% o valor final de uma passagem no transporte terrestre de passageiros. Portanto, o executivo aponta que esse pode ser um caminho de retomada de bons resultados ao setor, o qual afirma ser o que mais paga **impostos** no país.

"Diferente das companhias aéreas, que estão isentas do PIS e Cofins até 2026, o setor não apenas paga **taxas**, mas também se torna um mero repassador de **tributos**. Como as empresas regulares não são obrigadas a pagar a tarifa do setor rodoviário interestadual, quem paga é o próprio passageiro no ato da compra de um bilhete", ressalta.

Porto declara ainda que o setor acredita que a desoneração da tarifa vai garantir aos usuários mais benefícios e às empresas "novo gás, com as viagens por meios terrestres voltando ao posto de melhor opção em termos de custo-benefício".

O texto da reforma ainda será encaminhado ao Senado e poderá sofrer alterações. Para a publicação, é necessária a aprovação em pelo menos dois turnos por, no mínimo, 49 senadores.

Investimentos do governo federal

Durante o anúncio do lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu investir cerca de R\$ 350 bilhões no setor de transportes. Ou seja, incluindo rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias em todo o país.

Além disso, há a expectativa do setor em obter mais recursos por meio de contratos de concessão e editais de licitação. "Com esses investimentos, juntamente com as mudanças já sinalizadas na **reforma tributária**, o setor de transportes terrestres pode finalmente obter um respiro", conclui Porto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Uma semana após ciclone atingir RS, Lula anuncia empréstimo de R\$ 1 bi

SOFIA AGUIAR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o governo federal fará concessão de empréstimo de R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ajudar na recuperação econômica das cidades atingidas pelo ciclone extratropical no Rio Grande do Sul. O anúncio ocorreu após reunião interministerial nesta terça, no Palácio da Alvorada.

As fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul desde a semana passada já provocaram a morte de ao menos 47 pessoas. Há ainda nove desaparecidos.

De acordo com o governo federal, o empréstimo será feito com juro zero, dois anos de carência e apenas com correção da **inflação**.

Além da concessão de empréstimo, o presidente afirmou que a gestão também fará a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). "Eu e o companheiro Alckmin acabamos de fazer uma reunião com a comissão que foi criada para tratar dos problemas do Rio Grande do Sul", declarou, em vídeo divulgado nas redes sociais. "Além dos R\$ 740 milhões anunciados por ele no último domingo, tomamos uma decisão agora de fazer uma concessão de empréstimo do BNDES de R\$ 1 bilhão para ajudar a recuperar a economia de todas as cidades.

E, ao mesmo tempo, a liberação de R\$ 600 milhões do Fundo de Garantia para atender 354 mil trabalhadores." Na sexta-feira, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), já havia anunciado, entre outras medidas, R\$ 1 bilhão em linhas especiais de crédito do banco estatal gaúcho Banrisul.

DE ONDE VIRÁ. Para viabilizar o recurso, o governo federal fará uma medida provisória (MP) para abrir crédito extraordinário: parte será de recursos que já tem no Orçamento, e outra parte, por remanejamento. No vídeo, Lula disse que o governo acompanha a situação da região e, à medida que as informações chegam, a gestão tomará decisões. "O que eu posso garantir ao povo do Rio Grande do Sul, ao povo da região que foi prejudicada pela chuva, é que o governo federal não faltará no atendimento às necessidades do povo." O governo também estuda ações específicas

do Ministério da Saúde para reconstrução de hospitais atingidos e unidades de saúde, e do MEC, para restauração de creches e escolas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Estabilidade do servidor no país é ponto fora da curva

CÁSSIA ALMEIDA, VINICIUS NEDER E CAROLINE NUNES *economia@oglobo.com.br* -

Dos cerca de 12 milhões de funcionários públicos no Brasil, mais de 80% são estatutários, com estabilidade garantida, só sendo demitidos em situações muito específicas como processo judicial sem possibilidade de recurso. O restante dos servidores está dividido em contratados com carteira de trabalho assinada (celetista) ou temporariamente, modelos que vêm ganhando participação nos últimos anos. Mas essa parcela de servidores estáveis não encontra paralelo em outros países, segundo Zeina Latif, consultora econômica. Para ela, não faz sentido manter a grande maioria dos servidores estáveis, um contraponto em relação aos outros países: -Tem que ter estabilidade, mas limitada a carreiras de Estado, com estágio probatório exigente. A pessoa hoje não precisa se esforçar, são progressões automáticas. Quando se olha a experiência internacional, não existe essa estabilidade plena, há regras que geram um grau de estabilidade, não da forma que tem hoje no Brasil, tão rígida.

Os cargos de Estado são os que não existem no setor privado, como policiais, fiscais e auditores de órgãos ambientais, tributários ou agências reguladoras, e os diversos postos do Judiciário, como juízes, promotores e procuradores.

No Brasil, a estabilidade se estende a todos os funcionários públicos, não apenas aos cargos de Estado. Isso vale para funções que também são exercidas no setor privado, como médicos e professores.

-Em um ambiente de institucionalidade bem desenvolvida e transparência, bastaria dar estabilidade a funções típicas de Estado. Professores e médicos, que trabalham no setor público, mas que são profissões que têm correspondência no setor privado, não precisariam ter estabilidade - diz o economista Marcos Mendes, professor do Insper.

O problema é que, para Mendes, falta maturidade institucional na administração pública, muito contaminada pela política partidária: - Quando olhamos uma institucionalidade que corre o risco de manipulação política, há situações de um prefeito ou um governador que vai demitir um monte de médico e

um monte de professor para colocar outras pessoas no lugar.

Felix Lopez, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que o regime jurídico único trouxe profissionalização para o serviço público, ao dar continuidade às políticas públicas, principalmente nos municípios, mais suscetíveis à política partidária mais predatória. E diz que vem aumentando a participação de contratos como celetistas, temporários e a terceirização: -Os temporários têm mais chance de serem atingidos por sucessão política. Servidores com vínculos não estáveis têm rotatividade maior.

45 MIL COMISSIONADOS Mas essa extensão do benefício para todos os cargos não é vista em outros países, segundo Humberto Falcão, professor de gestão pública da Fundação Dom Cabral: -O Brasil é um ponto fora da curva. O regime jurídico único inclui coisas muito distintas que deveriam ter regimes diferenciados. Estamos muito atrasados nesse debate.

E qualquer pretensa ameaça a esse estado quase que de casta é imediatamente judicializado.

É um arcabouço fechado.

Para proteger servidores nas trocas de governo, o ideal, na opinião do especialista, é ter regimes diferentes, mantendo a estabilidade para as carreiras de Estado.

Na visão de Mendes, é melhor não mexer significativamente na estabilidade. Ainda que reduzir cargos que têm estabilidade pudesse dar "mais flexibilidade" na alocação de pessoal, ele vê risco de "efeitos colaterais negativos": - Ainda temos influência muito grande de decisões políticas, patrimonialistas.

Então, se fazemos uma redução muito forte da estabilidade, corremos o risco de gerar nomeações políticas e demissões políticas.

Mendes considera prioridade mudar outros aspectos, como reduzir o número de cargos e carreiras (criando cargos transversais, para trabalhar em diversos órgãos e ministérios), uniformizar postos de trabalho (para ter as mesmas remunerações), alongar planos de carreira (com salários iniciais menores e maior progressão via

promoções) e basear critérios de promoção em avaliações de desempenho.

Para Carlos Ari Sunfeld, professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, especializado em Direito Público, a alteração da estabilidade não é a prioridade no momento. Segundo o especialista, não há comprovação de correlação entre as regras atuais de estabilidade e a ineficiência do setor público. : - É verdade que tem problema de eficiência na administração pública, ligado aos agentes que trabalham?

É provável que sim. Por que são estáveis? Provavelmente não por causa disso.

Sunfeld cita dois exemplos para ressaltar a falta de correlação. Alguns levantamentos apontam que cerca de metade dos professores estaduais e municipais é de temporários. Esses funcionários não têm estabilidade e, nem por isso, a qualidade do serviço é melhor, diz.

O outro exemplo é o avanço na qualidade dos programas de pós-graduação. De acordo com Sunfeld, o sistema de avaliação da pós-graduação, regulada pela Capes, agência de fomento do Ministério da Educação, é uma das melhores experiências de monitoramento de desempenho no setor público. Para Sunfeld, a experiência da avaliação da Capes sinaliza que o que mais afeta a qualidade do serviço público "é a falta de avaliação de desempenho".

Além dos temporários e dos celetistas, há ainda os cargos comissionados. Segundo o governo, são 45 mil atualmente, somente na administração federal, com oito mil podendo ser de fora do serviço público.

O restante é reservado aos funcionários de carreira.

-Na última década tentouse fechar a ascensão da política sobre os cargos (restringido parcela majoritária aos **servidores públicos**). A presença deles, inclusive em níveis intermediários, nos cargos federais nos estados, é muito grande, com influência partidária muito forte - afirma Lopez, do Ipea.

Ele diz que, nesses cargos, a rotatividade é muito alta, a permanência na mesma função não chega a 24 meses, o que prejudica a qualidade do serviço público, que exige um tempo de aprendizado. Mesmo para servidores de carreira, ao serem transferidos, a qualidade cai, afirma Lopez.

Humberto Falcão afirma que o expediente existe em outros países, mas a forma de escolha pode melhorar: -As indicações são muito personalistas. Mesmo em

governos de coalizção, como o nosso, pode ter um limite, preservar os estratos mais operacionais, aumentar a racionalidade das escolhas.

Ele cita Chile, Portugal e Bélgica, que criaram uma agência de seleção e desenvolvimento de lideranças.

GOVERNO DEFENDE Em entrevista por e-mail, o secretário de Gestão de Pessoal, José Celso Cardoso Junior, afirma que "a estabilidade do serviço público é uma garantia importantíssima não só do servidor e servidora, mas do Estado brasileiro".

"No governo passado, vimos como a estabilidade foi importante para garantir a manutenção da prestação de serviços públicos importantes e como também evitou desmandos.

Por exemplo, o Estado ofereceu vacinação a toda a população mesmo com a manifestação contrária do então presidente", afirmou.

O governo é contra o projeto de reforma administrativa que está no Congresso, que limita a estabilidade às carreiras de Estado, a serem definidas posteriormente, por "criar duas classes de servidores, uma com estabilidade e outra sem, aprofundando desigualdades já existentes". E acrescenta: "além do que a medida criaria uma corrida das carreiras no Congresso por quais conseguiriam ser consideradas carreiras de Estado e quais não." O professor de Educação Física do Colégio Pedro II Leandro Martins, de 41 anos, trabalha há 15 anos como professor concursado. Ele chegou a trabalhar em colégio privado no início da carreira: -Quando a gente compara o magistério público com o privado há de fato algumas seguranças, em especial para fazer aquilo que desejamos enquanto educação.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Aprender com a experiência dos outros - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Desde 2000, a renda per capita (corrigida pelo poder de compra, FMI) no Brasil cresceu em média 1,3% ao ano, ante 2,4% no Chile e 0,5% no México.

As diferenças não são explicadas pelo quadro macroeconômico. Afinal, esses países adotam regime de política econômica similar, com metas de inflação, câmbio flutuante e compromisso com a disciplina fiscal (mais frágil no Brasil).

A conclusão acima encontra respaldo na literatura econômica, que aponta como elemento-chave para o crescimento sustentado dos países as regras do jogo que promovem ganhos de produtividade (do capital e do trabalho).

Importantes exemplos são o investimento no capital humano, o direito de propriedade bem estabelecido, a segurança jurídica e a concorrência nos mercados.

Na educação, o México está melhor que o Brasil, enquanto o Chile é referência na região.

Não por acaso a produtividade do trabalho (produto/hora trabalhada) no Brasil é 76% da mexicana e 60% da chilena (Conference Board, 2022). O problema é a estagnação observada no México desde 2000, enquanto o Brasil registrou elevação de 15% e o Chile, 38%.

Certamente outros fatores pesam no crescimento, sendo que as experiências de Chile e México trazem lições para o Brasil, do que fazer e do que não fazer.

Santiago Levy, no livro *Under-Rewarded Efforts*, investiga a frustração com o desempenho do México e aponta como fator principal as várias políticas públicas que, mesmo bem-intencionadas, causam má alocação de recursos na economia e baixa produtividade. São regras trabalhistas, regulatórias, de tributação, de seguridade social e mesmo de proteção social, e que teriam piorado desde 1998. Isso em meio à insegurança jurídica que afasta investimentos.

São todas elas incentivos à informalidade. E uma vez informal, a empresa não tem estímulo para investir, inovar e crescer, pois isso significaria renunciar a proteções e pagar mais impostos.

Empresas pouco produtivas sobrevivem e proliferam, e empresas eficientes crescem pouco. Só aquelas muito grandes acabam sendo competitivas, o que produz maior concentração de mercado. Há ainda consequências perversas no mercado de trabalho, que deixa de atrair pessoas mais qualificadas.

O autor fala em "criação destrutiva"; um trocadilho para uma ideia oposta à "destruição criativa" de Schumpeter - quando novos empreendimentos inovadores substituem outros menos eficientes.

Enredo bem parecido se repete no Brasil.

No Chile, as escolhas foram outras. Várias reformas pró-mercado foram introduzidas desde a (terrível) ditadura de Pinochet.

Sebastian Edwards, no livro *The Chile Project*, divide o período pós-1973 em três fases. Na primeira, até 1982, o principal foco dos técnicos (Chicago Boys) foi a tempestiva estabilização de preços, ocorrendo também desregulamentação massiva de mercados e privatizações.

Em 1979, estendeu-se o modelo para serviços sociais, como saúde, educação e previdência.

Em 1984, depois de flertes do regime com o nacionalismo - uma marca do regime militar no Brasil -, uma segunda geração de Chicago Boys buscou aprofundar o modelo e atrair o investimento estrangeiro.

Com o retorno da democracia em 1990, o modelo não só foi mantido, como foi aprofundado pelos novos líderes, muitos deles perseguidos pelo regime militar, e com apoio de partidos de esquerda. Sucessivos governos expandiram programas sociais, e foi criado o sistema de empréstimos para educação universitária.

Nos últimos anos, ajustes nas políticas públicas foram negligenciados, o que foi combustível para revoltas em uma sociedade também mais exigente. Ainda assim, os indicadores sociais são muito melhores do que na América Latina.

O Brasil está mais para México do que para Chile, apesar da volta das reformas desde 2015, enquanto

López Obrador produz retrocessos.

Não se trata de repetir a experiência chilena, que possivelmente não seria viável, naquela rapidez, em um contexto democrático, mas sim de se mirar nos bons exemplos de políticas públicas.

Há muito a avançar na revisão de regras que geram má alocação de recursos. Porém, com frequência dobramos apostas equivocadas, como na discussão de elevar o teto do MEI, enquanto se deveria discutir a revisão desta política pública que beneficia pessoas em média mais ricas do que trabalhadores com carteira.

Precisamos acelerar o passo e tropeçar menos.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Orçamento de 2024 está otimista demais, diz novo diretor da IFI

Estevão Taiar, Lu Aiko Otta e Julia Lindner

O Orçamento de 2024 "está cercado de incertezas" e conta com uma perspectiva "otimista demais" do governo federal, afirmou em entrevista ao Valor o novo diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. A IFI é um órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

Pestana afirma que a piora do cenário para o déficit primário neste ano dificulta atingir a meta de resultado primário zerado, com intervalo de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo, estabelecida pelo arcabouço fiscal para o ano que vem.

Ele lembra que em meados do primeiro semestre as projeções iniciais para o déficit primário do governo federal deste ano estavam na casa de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), aproximadamente R\$ 100 bilhões. Embora secretários do ministério da Fazenda e do Planejamento e Orçamento continuem afirmando que é possível encerrar 2023 com déficit de cerca de R\$ 100 bilhões, o próprio governo federal projeta oficialmente resultado negativo de R\$ 145 bilhões, aproximadamente 1,4% do **PIB**.

"A boca do jacaré está abrindo", afirma Pestana, que foi deputado federal por dois mandatos. "A intenção pode estar indo para um lado, e o resultado, para outro." Do lado das despesas, ele destaca, por exemplo, o impacto que a atual política de reajustes do salário mínimo tem sobre as contas da União. Do lado das arrecadação, lembra que o Orçamento de 2024 "tem um buraco reconhecido de R\$ 168 bilhões de despesas condicionadas à realização de receitas", que, por sua vez, ainda dependem da aprovação do Congresso.

No caso da medida provisória (MP) 1.185, que muda parte da legislação da tributação sobre subvenções, Pestana chama atenção para a dificuldade de aprovação do texto no Congresso.

Isso porque a proposta, segundo ele, altera "as regras [para investimentos] do jogo durante o jogo".

"Além disso, não basta a questão legislativa, tem o potencial de litigância", afirma, destacando que o tema impacta "500 das maiores empresas do Brasil". O

governo federal planeja arrecadar R\$ 35 bilhões em 2024 com as alterações.

Sobre a tributação de offshores e fundos exclusivos, ele aponta o risco de "corrosão da base tributária", com fuga de recursos. Também afirma que no caso dos fundos exclusivos "não é uma questão pacífica" se a proposta é de tributação sobre estoque ou fluxo dos recursos, já que o texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 traz as duas possibilidades, segundo ele.

O diretor-executivo da IFI ainda lembra que a estimativa inicial do governo federal com a taxa de apostas eletrônicas era de algo entre R\$ 15 bilhões a R\$ 18 bilhões em 2024. "Agora se fala em menos de R\$ 1 bilhão;" Já o projeto de lei do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), na visão dele, é "uma coisa mais abstrata" e com impacto fiscal de difícil mensuração.

Secretário de Planejamento, Orçamento e Coordenação de Minas Gerais entre 1995 e 1998, Pestana relata que encontrou dificuldades durante o sua gestão para recuperar recursos da dívida ativa do Estado, descobrindo que grande parte das empresas com débitos já tinha falido. "São falsos ativos", diz.

Para o diretor da IFI e relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2017, "não há vontade nem maioria sólida" para realizar uma reforma administrativa "profunda" no Congresso.

Mas, mesmo que houvesse, isso "também não geraria resultado [fiscal] no curto prazo".

Por sua vez, a intenção do governo federal de passar um pente- fino em despesas como as ligadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também deve enfrentar dificuldade, já que os números analisados pela IFI mostram que "houve aceleração" maior do que a prevista na execução dessas despesas. "A fila [do **INSS**] andou", afirma.

Assim, ele diz que ao governo pode não sobrar alternativa para cumprir a meta de resultado primário em 2024 a não ser cortando gastos discricionários, como custeio e investimentos.

No caso deste ano, Pestana acredita que há

argumentos favoráveis a não cumprir os pisos dos gastos com saúde e educação atrelados ao avanço da receita, já que o Orçamento de 2023 foi aprovado com base no teto de gastos. Em um prazo mais longo, afirma que a Emenda à Constituição dos Precatórios deixou uma "bomba fiscal de efeito retardado para 2027".

Ocupando há dois meses e meio o cargo atual, Pestana é formado em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UJFJ), onde já foi professor, assim como na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com o diretor-executivo da IFI, o fato de ele ser aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não interfere na função de "pitbull" das contas públicas que o órgão precisa ter.

Pestana destaca ainda a importância da "equipe técnica e consistente" que forma a IFI.

"A intenção pode estar indo para um lado, e o resultado, para outro" Marcus Pestana

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1)**

Armistício fiscal e o novo modelo de desenvolvimento - LU AIKO OTTA

Não será fácil acabar com a guerra fiscal.

No Senado, onde é apreciada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da **reforma tributária**, alguns Estados defendem sua continuidade. Outros até se conformam com seu fim, mas pedem um pouco mais de tempo para fechar uns últimos contratos com empresas antes que a porta se feche.

Chama-se de guerra fiscal a prática de reduzir **impostos** para atrair empresas. É algo que se praticou no Brasil nas últimas cinco décadas, particularmente em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual, que a PEC 45 pretende modificar totalmente.

É um debate difícil. No fim das contas, está sobre a mesa a mudança do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, segundo resumiu o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM). A ideia é que, após a reforma, o atrativo para empresas passe a ser um conjunto de incentivos orçamentários e financeiros (governo colocando recursos para estimular empresas ou setores), em vez dos atuais descontos nos **impostos**.

É disso que fala a PEC 45 quando estabelece que a arrecadação dos **tributos** sobre o consumo será feita no Estado de destino (onde o produto ou serviço é consumido), e não na origem (onde é fabricado).

Assim, a lógica de dar descontos para atrair empresas será menos vantajosa para os Estados, pois a arrecadação não ficará lá. É uma mudança profunda, como atravessar um portal para outro mundo.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, é o mais vocal na reação contra essa mudança.

Seu Estado ganhou montadoras e um polo de indústria farmacêutica com base em incentivos tributários. Outras unidades da Federação atraíram empresas da mesma forma.

É um mecanismo que fará falta, admitiu o diretor institucional do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), André Horta. Há receio que, sem essa forma de estímulo, as empresas passem a escolher locais onde há mais mercado consumidor. Ou seja, pode ocorrer

concentração de investimentos.

Os incentivos tributários da guerra fiscal sempre tiveram sua constitucionalidade questionada. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, de fato, contrariavam a Carta. Para não provocar uma hecatombe nas empresas que tomaram decisões de investimento com base na guerra fiscal, foi aprovada em 2017 uma lei complementar, a 160, que convalida esses benefícios até 2032.

A PEC 45 prevê a criação de um fundo de convalidação de R\$ 160 bilhões para bancar os incentivos tributários estaduais para indústrias já instaladas, até que eles se encerrem.

Também por causa do fim da guerra fiscal, haverá um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), de R\$ 40 bilhões por ano, que pode financiar a transição econômica dos Estados. Por exemplo, permitir investimentos em infraestrutura que melhorem sua logística.

E, novidade: os recursos do FDR poderão estimular empresas de serviços, informou o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, na sessão temática do Senado que recebeu 19 governadores e vice-governadores no último dia 29.

Um pedido ouvido com frequência nas mais de cinco horas daquela reunião foi a elevação do valor do FDR para R\$ 75 bilhões. Um tema "relevante", segundo o relator Eduardo Braga.

Aparentemente, acrescentou, "o cobertor está curto".

Para além dos recursos, existe uma discussão sobre qual desenvolvimento regional buscar. Num momento em que a agenda de sustentabilidade se coloca com força para o Brasil e aponta para novas oportunidades para o Norte das florestas e o Nordeste das energias renováveis, esse é um debate necessário.

O Comsefaz está incumbido de lançar luzes sobre esse tema, informou Horta. É um trabalho em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fora dos debates na **reforma tributária**, outra demonstração de vigor na guerra fiscal poderá ser vista nos próximos dias, na apreciação pelo

Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) 1.185/2023. Ela regulamenta uma questão já decidida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): a retirada do impacto de incentivos fiscais estaduais na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).

É uma discussão que enfrentará dificuldades no Congresso Nacional, avaliou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana, que foi deputado federal pelo PSDB mineiro por dois mandatos. O governo conta com essa MP para obter receitas de R\$ 35,3 bilhões no ano que vem.

Bem ou mal, a guerra fiscal serviu para desconcentrar a indústria nas últimas décadas.

No entanto, é um modelo que já dá mostras de esgotamento há pelo menos 30 anos. Como apontou Appy na reunião com governadores, os Estados ricos também passaram a conceder incentivos tributários. Assim, as unidades menos desenvolvidas da Federação perderam seu atrativo. Restou uma disputa fratricida.

Parece claro que não é possível seguir com o atual modelo. No entanto, não é visível o que o substituirá. Esse é um ponto que merece mais atenção.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Armistício fiscal e o novo modelo de desenvolvimento

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1)**

Ambev é alvo da Receita por operações com IR no exterior

ADRIANA FERNANDES

A **Receita Federal** questiona a fabricante de bebidas Ambev por restituições bilionárias de Imposto de Renda no Brasil sobre lucros da cervejaria no exterior. O Fisco autuou a empresa em R\$ 12,6 bilhões, valor que é discutido na Justiça.

A origem da disputa é a compensação do Imposto de Renda devido no País com o Imposto de Renda anual pago pela multinacional brasileira fora daqui. A Ambev entende que pode usar o IR desembolsado no exterior para abater o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pagos mensalmente no Brasil.

Já a Receita considera o procedimento irregular. O Fisco avalia que, na prática, é como se governo brasileiro pagasse pelo imposto que a Ambev recolheu em outro País.

Em nota, a Ambev informou que não comenta casos judiciais em andamento. "Vale pontuar que cumprimos integralmente a legislação brasileira sobre lucros no exterior e já houve o reconhecimento no próprio **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** em caso semelhante a favor dos contribuintes", disse.

No dia 28 de julho, fiscais da Receita se encontraram em São Paulo com cinco representantes da Ambev, entre eles, os diretores da área tributária Eduardo Paoli e Roberta Bordini Prado Landi. Segundo relatos de pessoas ligadas à investigação, a conversa foi tensa.

A reunião oficialmente fez parte do Confia, programa-piloto de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita, que é testado com oito grandes empresas que recolhem muitos **impostos** e têm disputas com o Fisco, caso da Ambev.

A Ambev questiona autuações no **Carf**, tribunal administrativo onde os contribuintes recorrem de multas aplicadas pelos fiscais da Receita.

Em 2020, a empresa perdeu no **Carf** um julgamento sobre uma dessas autuações, no valor atualizado de R\$ 2,6 bilhões.

No início de 2023, a decisão foi confirmada por

unanimidade pelo próprio tribunal. Pela decisão do **Carf**, o valor a pagar será inscrito na Dívida Ativa da União para cobrança, nos próximos dias, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

CONTABILIDADE. Demonstrativo contábil da Ambev publicado em março de 2023 com dados do ano de 2022 aponta que, desde 2014, a companhia é autuada pelo Fisco. As notificações se referem a operações de 2007 em diante.

A Ambev informou aos fiscais, segundo o Estadão apurou, que não pretende aderir à chamada Lei do **Carf**. Aprovada pelo Congresso, a legislação pretende promover um encontro de contas entre as empresas e o Fisco. A Receita queria regularizar os débitos da Ambev agora, mas os representantes da multinacional informaram que pretendem seguir com o questionamento das autuações na Justiça. Um processo desse tipo pode demorar mais de dez anos.

COBRANÇA. Nos documentos oficiais, a Ambev repete que a cobrança é ilegítima e cita que, em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável pelo **Carf**, cancelando a autuação com relação a um dos casos em disputa, referente ao ano-calendário de 2010. Por reputar que as cobranças são ilegítimas, a companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A julgar pelo balanço financeiro, a empresa demonstra convicção de que deve ganhar a disputa jurídica. No caso da Ambev, apesar de divulgar contingências possíveis de R\$ 85 bilhões para a data-base de 31 de dezembro de 2022, a empresa considera apenas R\$ 300 milhões como uma perda provável.

De acordo com estudo do economista e diretor do Sindicato dos Economistas (Sindec) de São Paulo, André Paiva Ramos, as demonstrações financeiras da Ambev de 2022 apresentaram um aumento das contingências tributárias.

Segundo ele, essas contingências têm crescido desde 2018.

Passaram de R\$ 63 bilhões para R\$ 85 bilhões, alta de 34%.

Procurada, a **Receita Federal**, em Brasília e em São

Paulo, não respondeu aos pedidos de informações da reportagem.

Fisco também apura transações de Juros sobre Capital Próprio

lém de operações com o Imposto de Renda, a Receita investiga outro ponto importante do balanço contábil da Ambev. Seu questionamento é sobre o uso de operações chamadas Juros sobre Capital Próprio (JCP). Trata-se de um mecanismo de pagamento de dividendos adotado como forma de remunerar os acionistas da empresa pagando menos IR. O JCP é permitido no Brasil, portanto, não há ilegalidade. Mas os fiscais da Receita questionam se haveria uso abusivo e irregular do mecanismo pela Ambev. A empresa já foi autuada pelo Fisco, e o caso está sendo analisado pelo **Carf**. Em proposta enviada na semana passada ao Congresso, o governo acaba com o mecanismo. No anúncio do projeto de Orçamento de 2024, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, falou em combater eventuais abusos de empresas da economia real, sem citar nomes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Disputa por arrecadação de apostas obscurece objetivo da regulação (Editorial)

O governo regulamentou em julho, por meio de Medida Provisória (MP), o profícuo mercado de apostas esportivas no Brasil. A MP estabelece regras para o funcionamento do setor e cria uma taxa para as empresas que ganham com apostas, conhecidas como "bets". A iniciativa aconteceu na sequência de investigações do Ministério Público de Goiás que revelaram um esquema de manipulação de resultados em jogos das Séries A e B do Campeonato Brasileiro para lucrar com apostas fraudulentas.

Além de representar perda de arrecadação, a falta de regulação cria um campo fértil ao crime.

A MP estabeleceu um imposto de 18% sobre a arrecadação líquida das bets, alíquota que ainda poderá ser reduzida dependendo da negociação em curso no Congresso. Com a nova taxa, o governo prevê arrecadar no ano que vem entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 2 bilhões. Pelas previsões de crescimento do mercado, a receita poderá chegar a R\$ 12 bilhões nos próximos anos. Os recursos serão destinados à **seguridade social**, ao Ministério do Esporte, ao Fundo Nacional de Segurança Pública, aos clubes, aos atletas e à educação básica.

A distribuição do dinheiro começa adespertar a natural cobiça no governo.

O Ministério do Turismo - entregue a Celso Sabino (União) na minirreforma ministerial - reivindica uma fatia do bolo. O do Esporte, dado a André Fufuca (PP-MA), quer ampliar sua participação no rateio (ela já subiu de 1% para 3% antes da publicação da MP e só perde para a **seguridade social**, com 10%). A disputa pelas verbas das apostas esportivas é parte natural do jogo político, mas não pode desvirtuar o propósito da regulamentação.

Além da arrecadação, o objetivo é disciplinar um setor às voltas com o aumento preocupante na manipulação.

O mercado de apostas tem crescido no mundo inteiro e, com ele, têm crescido as fraudes. A principal vítima é o torcedor, que, iludido, perde tempo e dinheiro para assistir a partidas sem poder confiar na lisura do resultado.

Não se pode ignorar o que tem acontecido no Brasil e

no mundo. À revelia das bets, quadrilhas têm aliciado atletas para que levem cartões vermelhos, cometam pênaltis ou interfiram no resultado de modo a favorecer apostas fraudulentas. A Fifa acaba de banir definitivamente do futebol mundial três jogadores brasileiros por envolvimento com apostas irregulares. Outros oito foram afastados temporariamente.

A taxação das bets certamente proporcionará ao governo recursos valiosos num momento em que a Fazenda procura aumentar a arrecadação para cumprir as metas ambiciosas do arcabouço fiscal.

Mas a regulamentação tem também - ou ao menos tinha - o objetivo de deixar o setor menos vulnerável aos criminosos. Se não cumprir-lo, com o tempo estará em risco a credibilidade do próprio futebol e dos demais esportes.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>